

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ANSELMO CONCEIÇÃO RODRIGUES

**DESLOCAMENTO ELEITORAL DO ANTIPETISMO E BAIXO DESEMPENHO
ELEITORAL DO PSDB NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018**

RIO DE JANEIRO

2020

ANSELMO CONCEIÇÃO RODRIGUES

**DESLOCAMENTO ELEITORAL DO ANTIPETISMO E BAIXO DESEMPENHO
ELEITORAL DO PSDB NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Área de concentração: Comportamento Político e Eleitoral

Orientadora: Prof.^a Dra. Luciana Fernandes Veiga

RIO DE JANEIRO

2020

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

C CONCEIÇÃO RODRIGUES, ANSELMO
Deslocamento Eleitoral do Antipetismo e baixo
Desempenho Eleitoral do PSDB na Eleição Presidencial
de 2018 / ANSELMO CONCEIÇÃO RODRIGUES. -- Rio de
Janeiro, 2020.
96

Orientadora: Luciana Fernandes Veiga.
Coorientadora: Steven Dutt-Ross.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Especialização em Ciência Política, 2020.

1. PSDB. 2. Antipetismo. 3. Eleição. 4. Partidos.
5. Afetividade partidária. I. Fernandes Veiga,
Luciana, orient. II. Dutt-Ross, Steven, coorient.
III. Título.

ANSELMO CONCEIÇÃO RODRIGUES

**DESLOCAMENTO ELEITORAL DO ANTIPETISMO E BAIXO DESEMPENHO
ELEITORAL DO PSDB NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Área de concentração: Comportamento Político e Eleitoral.

Aprovada em: ___ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Luciana Fernandes Veiga (Orientadora)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Fabiano Mendes Santos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP

Prof. Dr. Fábio Kerche

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

RIO DE JANEIRO

2020

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Luciana Veiga e ao Prof. Dr Steven Ross. Sem mais!!

RESUMO

RODRIGUES, Anselmo C. **Deslocamento Eleitoral do Antipetismo e Baixo Desempenho Eleitoral do PSDB na Eleição Presidencial de 2018**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação de Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

A ideia de que existia no Brasil um sistema partidário nacionalmente institucionalizado levava com que muitos autores acreditassem que o pleito presidencial de 2018 repetiria a disputa entre PT e PSDB que perdurou por vinte anos (1994 a 2014). Contudo, este não foi o caso. Um sistema partidário institucionalizado pressupõe que os partidos sejam também institucionalizados, sem isto a estabilidade vira instabilidade. No caso brasileiro, o fraco desempenho eleitoral do PSDB na eleição presidencial de 2018 acabou por colocar em xeque a propagada estabilidade do sistema partidário. Frente a esta situação, o objetivo do presente trabalho é investigar determinantes deste fraco desempenho eleitoral e nossa hipótese geral é que o PSDB deixou de canalizar o antipetismo. Especificamente argumentamos que eleitores evangélicos, com rejeição ao PT e ao PSDB, ideologicamente de direita, que perceberam uma melhora na economia e que votaram no PSDB nas eleições presidenciais passadas, não escolheram o PSDB como primeira opção eleitoral. Para tanto, utilizamos como fonte de evidência os dados do ESEB de 2010 a 2018 e como método de pesquisa a regressão *multinomial* em 2018 e a regressão *binomial* aplicada ao longo das eleições de 2010, 2014 e 2018. Os resultados de nossa pesquisa apontam para uma transferência de votos que sai do PSDB e vai para um partido mais à direita na eleição de 2018. Os resultados também confirmam que, entre as eleições de 2014 e 2018 esta perda de voto abrupta está associada à ausência de apoio do eleitorado antipetista e de direita. Com estes resultados concluímos que o sistema partidário não está institucionalizado entre PT e PSDB em nível presidencial, mas sim numa clivagem que envolve petistas e antipetistas.

Palavras-chave: PSDB; partidos políticos; sistema partidário; eleição presidencial.

ABSTRACT

RODRIGUES, Anselmo C. **Electoral Displacement of Antipetism and Low Electoral Performance of the PSDB in the 2018 Presidential Election**. Master's Dissertation. Graduate Department of Political Science, Federal University of State of Rio de Janeiro, 2020.

An idea that there is an institutionalized nationalized national system in Brazil with many authors who believe that the 2018 presidential election repeated a dispute between PT and PSDB that it lost for twenty years (1994 to 2014). However, this was not the case. An institutionalized party system presupposes that parties are also institutionalized, without the stability of stability. In the Brazilian case, the PSDB's poor electoral performance in the 2018 presidential election ended up calling into question the spread of the stability of the party system. Faced with this situation, the objective of this paper is to investigate the determinants of poor performance at the electoral level and our general hypothesis that the PSDB has stopped channeling or antipetizing. Specifically, it argues that evangelical voters, with rejection of the PT and the PSDB, ideologically on the right, who perceive an improvement in the economy and voted for the PSDB in past presidential elections, do not use the PSDB as the first electoral option for that, they use it as a source of reason the ESEB data from 2010 to 2018 and as the multinomial regression research method in 2018 and the regression binomial applied after the statistics of 2010, 2014 and 2018. The results of our survey pointed to a transfer of votes coming from the PSDB and goes to a more right-wing party in the 2018 selection. The results also confirm that, between the 2014 and 2018 elections, this abrupt loss of vote is associated with a lack of support for the antipetist and the right. With these results concluded that the party system is not institutionalized between PT and PSDB at the presidential level, but rather a cleavage that involves PT and anti-PT parties.

Keywords: PSDB; political parties; party system; presidential election.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Quadro 1	O perfil religioso do brasileiro (%).....	44
Quadro 2	Identificação partidária do PSDB.....	52
Quadro 3	Resultados esperados, conforme as hipóteses.....	60
Quadro 4	Terminologia para regressão.....	61
Tabela 1	Razão de chances do modelo multinomial.....	70
Quadro 5	Resultados observados, conforme as hipóteses.....	73
Tabela 2	Razão de chances ao longo do tempo.....	80
Tabela 3	Razão de chances por variável-ano.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
DEM	Democratas
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Da Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos trabalhadores
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	A FUNDAÇÃO DO PSDB: UM PARTIDO DE QUADROS E PRAGMÁTICO.....	13
2	CONTEXTO E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES NACIONAIS DE 1989 A 2014.....	16
2.1	As Eleições de 1989: contexto e resultados.....	16
2.2	As Eleições de 1994: contexto e resultados.....	17
2.3	As Eleições de 1998: contexto e resultados.....	18
2.4	As Eleições de 2002: contexto e resultados.....	20
2.5	As Eleições de 2006: contexto e resultados.....	22
2.6	As Eleições de 2010: contexto e resultados.....	25
2.7	As Eleições de 2014: contexto e resultados.....	28
3	AS ELEIÇÕES DE 2018: CONTEXTO E RESULTADOS.....	33
4	REVISÃO TEÓRICA.....	39
4.1	Institucionalização e Polarização do Sistema Partidário Brasileiro no Nível Nacional de 1994 a 2014.....	39
4.2	O Voto Econômico.....	40
4.3	A Literatura sobre Comportamento Eleitoral e Voto Evangélico para o Executivo no Brasil Pós-Constituição de 1988.....	43
4.4	Partidarismo e Identidade negativa.....	49
4.5	Autolocalização Ideológica e Decisão do Voto.....	55
5	O DESEMPENHO ELEITORAL DO PSDB NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018: UMA ANÁLISE MULTINOMIAL.....	57
5.1	Desenho de pesquisa.....	57
5.1.1	Hipóteses.....	57
5.2	Dados do ESEB.....	60
5.3	Modelagem.....	60
5.3.1	Especificando o Modelo de Regressão Logit Multinomial com Variáveis Explicativas de Forma Algébrica.....	60
5.3.2	Variável Dependente.....	62
5.3.3	Variável Independente.....	62
5.3.4	Operacionalizando o Modelo Algébrico de Regressão <i>Logit Multinomial</i> para as Eleições de 2018.....	65
5.4	Análise dos Resultados.....	69
5.5	Discussão.....	73
6	ANÁLISE DA VOTAÇÃO PRESIDENCIAL DO PSDB NO PRIMEIRO TURNO AO LONGO DO TEMPO: UMA ANÁLISE BINOMIAL.....	76
6.1	Desenho de Pesquisa.....	76
6.2	Especificando o Modelo Algébrico de Regressão.....	77
6.2.1	Variável Dependente do Modelo Binomial.....	77
6.2.2	Operacionalizando o Modelo Algébrico de Regressão <i>Logit Binomial</i> ao Longo do Tempo.....	78
6.3	Análise de Resultados.....	79
6.4	Discussão.....	86

7	CONCLUSÃO.....	88
	REFERÊNCIAS.....	90

INTRODUÇÃO

Para muitos analistas, a corrida eleitoral para o cargo de Presidente de 2018 iria repetir as disputas dos últimos vinte anos: 1994 a 2014. Algum tempo antes do resultado eleitoral de 2018, Limongi e Guarnieri fizeram o seguinte prognóstico:

“Acreditamos que, nas eleições de 2018, os *outsiders*, como são chamadas as ‘terceiras vias’ antes do início nessa fase do processo eleitoral, terão o destino de seus predecessores, isto é, não sobreviverão à campanha. E a preservação do mesmo duopólio não pode ser descartada. No momento, PT e PSDB levam vantagens sobre todos os demais competidores” (LIMONGI e GUARNIERI, 2018, p.60).

No entanto, contrariando o prognóstico, uma grande inflexão aconteceu na eleição presidencial de 2018. O PSDB, após vencer duas eleições para presidente no primeiro turno e, mesmo perdendo o pleito, ir para o segundo turno em quatro eleições seguidas, conquista a inexpressiva marca de 5.096.350 votos, cerca de 4,76% dos votos válidos. Cabe ressaltar que seu principal concorrente histórico, o PT, foi para o segundo turno, sendo derrotado pelo representante do PSL (Partido Social Liberal): Jair Messias Bolsonaro.

Tomando o PSDB como objeto de estudo, verificamos que ao disputar as eleições de 2018, o PSDB contava com vários pontos a seu favor.

Do ponto de vista nacional, era, eleitoralmente, um partido altamente institucionalizado. Ou seja, desde sua fundação em 1988, o PSDB vinha disputando pleitos para todos os cargos ininterruptamente. Em pleitos presidenciais, desde 1994, representava um dos polos do sistema bipolar em contraposição ao PT. Venceu a disputa em 1994 e 1998 em primeiro turno. Foi para o segundo turno nas eleições 2002, 2006, 2010 e em 2014, perdendo todas elas para o PT.

Governava o maior e mais populoso estado da federação, ou seja, com maior PIB e maior colégio eleitoral: São Paulo. Cabe registrar que desde 1994, o PSDB vence a eleição para o governo do estado de SP. São sete eleições consecutivas.

Possuía grandes vantagens provenientes de recursos de campanhas, pois teve a segunda maior verba de campanha entre os postulantes ao cargo. Conforme a declaração ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a campanha do candidato do MDB, Henrique Meirelles, foi a mais cara, com um gasto de R\$ 57.020.312 na eleição presidencial. Logo, em seguida, vem a campanha do PSDB. Segundo dados disponíveis do portal do TSE, a campanha de Alckmin arrecadou R\$ 53.905.624 – 92,95% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Contava também com o maior tempo de propaganda e inserções na televisão e no rádio frente aos outros partidos. O PSDB e sua coligação (DEM, PP, PR, PSD, SD, PRB, PTB e PPS) possuíam 5 minutos e 32 segundos de horário eleitoral diário com inserções de 30 segundos em todo primeiro turno. A coligação liderada pelo PT (PC do B, PCO e PROS), que possuía o segundo maior tempo de propaganda, tinha menos da metade: 2 minutos e 23 segundos de horário eleitoral diário e 189 inserções de 30 segundos em todo primeiro turno. Fazendo alguns cálculos e incluindo os tempos de televisão de outros candidatos, a coligação liderada pelo PSDB tinha 44,80% do tempo de televisão. Quase a metade do tempo total a ser distribuído.

Tinha obtido uma votação, no segundo turno, de 48,36% dos votos válidos no nível nacional nas eleições presidenciais anteriores: 2014.

Era a terceira maior bancada eleita para o Congresso nacional em 2014 com 54 deputados e 11 senadores.

Possuía cinco governadores: São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pará.

Frente a isto, a pesquisa tem por objetivo investigar e explicar o seguinte fato empírico, a saber: o baixo desempenho eleitoral do PSDB na eleição presidencial de 2018, dado que ele tinha uma lista de condições favoráveis, como mostrado acima, e um bom histórico de desempenho eleitoral em eleições presidenciais, de 1994 até 2014.

Tendo este objetivo em mente, buscamos contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica do sistema partidário brasileiro. Um sistema partidário é, basicamente, um conjunto de partidos, com o mínimo de dois, que obtém, ao longo do tempo, uma regularidade eleitoral, ainda que cada partido possa sofrer variações, para mais ou para menos, no apoio eleitoral (SARTORI, 1982). Decorre desta definição, que um sistema partidário institucionalizado seria aquele em que a correlação de forças entre os partidos, de acordo com o preenchimento dos postos eletivos do Executivo e da Câmara dos Deputados, teria uma certa continuidade, ou permaneceria estável, ao longo dos diversos pleitos. Vale dizer: a institucionalização de um sistema partidário envolveria algum padrão na competição entre os partidos e continuidade na correlação das forças partidárias. Ou seja, os mesmos partidos disputariam as preferências do eleitorado ao longo das disputas eleitorais. Mediante a isto, entenderemos aqui, como partido político, uma coalizão de pessoas que buscam controlar o aparato de governo por meio de eleições (DOWNS, 1999).

Uma vez que, a correlação de forças do sistema partidário – em uma realidade democrática – é determinada pela capacidade dos partidos atraírem eleitores para suas legendas, principalmente no período pré-eleitoral, nosso foco estará concentrado no desempenho eleitoral

partidário. Mais precisamente, no desempenho eleitoral do PSDB para a conquista do Executivo nacional.

O argumento central que apresentamos é que o PSDB perdeu a capacidade de canalizar o antipetismo em 2018, dando lugar para a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL). Para averiguar o argumento serão testadas 12 hipóteses, por meio do modelo algébrico de regressão *logit multinomial*, tendo como variável dependente o voto para presidente em 2018 e como variáveis independentes partidarismo, religião, percepção da economia e voto em 2014. Além disso, foi testado um modelo algébrico de regressão *logit binomial* ao longo do tempo para verificar se, e se sim, como tais variáveis independentes vinham impactando o voto no PSDB.

A abordagem teórica perpassará as principais teorias do comportamento eleitoral. Serão consideradas variáveis caras à teoria psicológica como o partidarismo; à teoria sociológica como a religião; e à teoria da racionalidade como avaliação da economia.

O trabalho está organizado em 6 partes. Em um primeiro momento, o objetivo é fazer um resgate da história do PSDB. Na segunda parte, descreveremos sua trajetória no decorrer das seis eleições presidenciais da Nova República: 1990 a 2014. Neste momento, será possível perceber como PSDB e PT se construíram como forças antagônicas em pleitos presidenciais. Na terceira parte, nos concentraremos exclusivamente no contexto eleitoral de 2018. Posteriormente, na quarta parte, será apresentada a revisão teórica com a discussão das variáveis dependentes e independentes que compõem o modelo analítico. A quinta parte apresenta o estudo empírico referente ao pleito presidencial de 2018, uma análise *multinomial*. Apresentamos o desenho de pesquisa, com destaque para a exposição das hipóteses, das variáveis, de suas construções e dos modelos analíticos. Esta parte traz ainda os resultados e uma discussão. A sexta parte apresenta uma análise *binomial*, procurando capturar a evolução eleitoral do PSDB ao longo do tempo. Utilizamos aqui uma nova variável dependente, mantendo as mesmas variáveis independentes. Trazemos, também, análises de resultados e uma discussão acerca do desempenho eleitoral do PSDB no decorrer do tempo de 2010 a 2018. Por fim, temos a conclusão.

1 A FUNDAÇÃO DO PSDB: UM PARTIDO DE QUADROS E PRAGMÁTICO

O PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) foi fundado em 1988 como resultado de um rompimento no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) de São Paulo. Roma (2002), ao tratar das motivações que deram origem ao PSDB, cita basicamente três autores que apontam para diferentes fatores explicativos para a fundação do PSDB: Kinzo (1993), Melhen (1998) e Lamounier (1989).

Para Kinzo (1993), conforme Roma (2002), os motivos seriam referentes aos conflitos na bancada do PMDB durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), ao sistema de governo: presidencialismo ou parlamentarismo e a duração do mandato do até então Presidente da República pelo PMDB: quatro ou cinco anos.

Já para Melhen (1998), a cisão viria da insatisfação do grupo dissidente frente à hegemonia do grupo liderado pelo então governador de São Paulo, Orestes Quécia. O quercismo era fortemente arraigado na capital de São Paulo e no interior do PMDB. Essa hegemonia reduzia por demais o espaço de atuação no interior do partido e se refletiu na escolha de Ulisses Guimarães como candidato à presidência da República nas eleições de 1989.

Finalmente, para Lamounier (1989), a motivação derradeira estaria ligada a uma aliança entre o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, com políticos conservadores do PFL (Partido da Frente Liberal) em torno da candidatura de João Leiva para a prefeitura de São Paulo.

Roma (2002), traz ainda uma interpretação que indica o aspecto ideológico como explicação para a cisão no interior do PMDB. Os dissidentes compunham um grupo de líderes políticos mais progressistas e que comungavam uma ideologia social-democrata. Contudo, para o autor, esta interpretação torna-se insustentável, na medida em que o PSDB conquista o Poder Executivo nacional coligado com o PFL (Partido da Frente Liberal), um partido de linha conservadora.

Assim, ao estudar tanto o surgimento quanto a evolução do PSDB, o autor procura evidenciar que a cisão no interior do PMDB ocorreu devido muito mais a questões pragmáticas-eleitorais do que questões ideológicas. E este viés pragmático-eleitoral explicaria sua aliança com partidos mais à direita, bem como, a condução da emenda Constitucional que permitiria a reeleição para presidente. Segue a citação:

“(…) seis anos após sua fundação, o PSDB construiu uma aliança de centro-direita para chegar ao poder federal e, mais ou menos oito anos após sua fundação, conseguiu dobrar a duração do mandato presidencial. Em outras palavras, as explicações para sua criação, centradas em questões ideológicas, argumentando haver oposição do partido às alianças com a direita e ao casuísmo da prorrogação do mandato presidencial, revelaram-se, ao longo do tempo, inconsistentes, visto que o próprio PSDB adotou tais estratégias de ação pouco tempo depois da sua fundação” (ROMA, 2002, p.73).

Apesar de se autodefinir como um partido de viés social-democrata, a sua fundação não se deu numa base que envolvia trabalhadores e sindicatos, tal como ocorreu, costumeiramente, na Europa ocidental.

Neste sentido, podemos assinalar que, de acordo com sua origem e conforme os modelos pensados por Durveger (1970), ao PSDB não caberia o rótulo de “partido de massa”, mas, sim, o rótulo de “partido de quadros”, por causa de sua origem no interior do Poder Legislativo. Vemos assim que, se por um lado, no ato de sua criação, o PSDB já possuía um bom número de políticos habilitados e prestigiados no âmbito nacional; por outro lado, ele já carecia de uma base social, ou mesmo, um grau razoável de enraizamento social.

Sua criação como partido interno ao sistema parlamentar propiciou uma estrutura organizacional fraca, acompanhada da inexistência de atividades extra-eleitorais e pequena participação dos filiados.

O resultado da fundação do PSDB foi o lançamento do Senador Mário Covas para a Presidência em 1989, que já aparecia entre os candidatos preferidos a ocupar tal cargo nas pesquisas de intenção de voto, provocando um rearranjo do quadro partidário brasileiro: PMDB e PSDB passam a disputar o centro do eixo político.

Na perspectiva de Roma (2002), o grupo de parlamentares que veio a criar o PSDB buscava ocupar espaço de poder, a partir de uma ação estratégica exclusivamente pragmática, uma vez que a ala peemedebista que iria fundar o PSDB estava:

- a) com pouco espaço político no governo Sarney;
- b) excluída da linha sucessória à Presidência da República e;
- c) percebendo que havia uma massa de eleitores identificados com o centro, mas que não estavam satisfeitos com a atuação do PMDB no Executivo e no Legislativo, abrindo uma brecha para a criação de um novo partido de centro que captasse, ou compartilhasse, a insatisfação desse eleitorado (ROMA, 2002).

Esta insatisfação era causada pelos sucessivos fracassos das políticas de combate à inflação do PMDB, Plano Cruzado I, Plano Verão e Plano Bresser, o que, por sua vez, ajudou

ainda mais a desgastar a sigla e viabilizar a criação de um novo partido em 1988. E de fato, o PMDB de Sarney sai do governo com baixíssima popularidade. Para se ter uma ideia: a votação do PMDB, tendo à frente Ulisses Guimarães, angariou apenas 4% dos votos nas eleições de 1989.

2 CONTEXTO E DESEMPENHO ELEITORAL DO PSDB NAS ELEIÇÕES NACIONAIS DE 1989 A 2014

Nesta seção procuraremos descrever o contexto no qual se deu os pleitos nacionais, bem como, o resultado eleitoral das disputas. Para tanto dividimos esta seção em subseções para uma melhor compreensão de cada eleição.

Aqui nos interessa destacar quatro aspectos:

- a) desempenho do PSDB;
- b) desempenho do PT;
- c) dinâmica dos dois partidos frente à situação da economia nacional do momento;
- d) a mutação da centralidade dos temas nas eleições presidenciais, com predomínio inicial da agenda econômica, surgimento e crescimento da agenda de escândalos de corrupção e avanço da agenda de costumes e da pauta religiosa.

Ao final desta parte, busca-se ter apresentado a contextualização no que tange às principais variáveis tratadas nesta dissertação – dependentes e independentes – no decorrer de seis eleições presidenciais em que PSDB e PT organizaram os pleitos. Em síntese, buscamos reproduzir o longo caminho que nos levou a 2018.

2.1 As Eleições de 1989: contexto e resultados

A eleição de 1989 se deu num contexto de forte rejeição ao governo em exercício. Os planos econômicos de combate à inflação não conseguiram os resultados pretendidos e a inflação se manteve em níveis altos, chegando à marca de 84% ao ano. Com isso, os níveis de popularidade despencaram. Frente ao tremendo desgaste do governo Sarney e por ser a primeira eleição direta para presidente após quase 30 anos, disputada em dois turnos, e num contexto de consolidação de um novo sistema partidário, muitas candidaturas se apresentaram para disputar o primeiro turno.

Mesmo com o PMDB convivendo com baixos índices de popularidade, o PSDB não consegue ser a alternativa política na época: as baixas taxas de identificação partidária afetavam todos os novos partidos. Principalmente os partidos que faziam parte de sua base de apoio do governo: PMDB e PFL. Assim, os candidatos mais identificados com o governo de José Sarney passam a ter baixas intenções de voto e, desde março de 1989, os três candidatos com maiores índices serão, nesta ordem, Collor do PRN (Partido da Renovação Nacional), Lula do PT

(Partido dos Trabalhadores) e Brizola de PDT (Partido Democrático Trabalhista): candidatos claramente de oposição. As intenções de voto se confirmam no primeiro turno das eleições de 1989 e o PRN de Collor consegue canalizar as expectativas do eleitorado.

O PSDB ficou na quarta posição com 7.790.392, ou 11,51% dos votos, com o PDT de Leonel Brizola na terceira posição com 11.168.228, ou 16,51% dos votos. Nenhum partido obteve votos suficientes para ganhar a disputa já no primeiro turno. O PT que obteve a segunda colocação ficou com 11.622.673, ou 17,38% dos votos; e o PRN obteve 20.611.011 dos votos, com cerca de 30,47 % da votação.

No segundo turno, a disputa ganha contornos ideológicos mais bem definidos. A disputa fica polarizada entre um candidato de direita e um de esquerda. Polarização que será reforçada ainda mais por parte da estratégia adotada por Collor ao associar Lula simultaneamente a medidas "estatizantes" (confisco da poupança) e ao "caos" e à "desordem", ao comunismo. O PRN leva o pleito com 35.089.988 dos votos, com 53,03% da votação, enquanto o PT teve uma votação de 31.076.364, ou 46,97% dos votos.

2.2 As Eleições de 1994: contextos e resultados

Em setembro de 1992 ocorre o impeachment de Collor e a inflação volta a incomodar os brasileiros. Itamar Franco, que ocupava o cargo de Vice-Presidente, assume o governo. Em 1993, Fernando Henrique (PSDB-SP) assume o Ministério da Fazenda e elabora o Plano Real. A queda da inflação, o fortalecimento da moeda e o aumento do poder de compra do brasileiro decorrentes do novo plano econômico começam a serem sentidos pelo conjunto da população. Fernando Henrique se candidata e sua imagem passa a ser associada à capacidade técnica e política, virtudes atribuídas a um bom governante. Além disso, sua candidatura aglutinou a grande maioria dos segmentos de centro e direita do espectro partidário brasileiro (incluindo uma coalizão eleitoral significativa: PSDB-PFL-PTB), dificultando, dessa forma, a formação de outra candidatura forte (como a de Maluf) fora do campo da esquerda.

Em agosto Fernando Henrique Cardoso passa à frente de Lula nas intenções de voto e, a seguir, a situação se estabiliza, mantendo-se uma vantagem que garantiu ao candidato peessedebista a vitória no primeiro turno. Vários autores, embora com diferentes ênfases, mostraram a relação entre a avaliação feita pelos eleitores a respeito do Plano Real e seu voto no candidato do PSDB (MENDES e VENTURI, 1994; MENEGUELLO, 1995; SINGER, 1998; dentre outros).

Assim nas eleições de 1994, o PSDB alcança a Presidência da República, já no primeiro turno. O PT, numa coligação que envolvia o PSB, PPS, PV, PC do B e PSTU, fica em segundo lugar novamente. O PRONA de Enéas Carneiro foi a terceira força da corrida presidencial, com 4.671.457 dos votos (7,38%).

O Congresso Nacional saiu das eleições de 1994 com a seguinte configuração. Na Câmara dos deputados o PMDB conquistou a maior bancada: 107 deputados. O PFL (Partido da Frente Liberal) ficou com a segunda maior bancada: 89 deputados. O PSDB aparece com a terceira maior bancada: 63 deputados. Com a quarta maior bancada vem PPR (Partido Progressista Reformador): 51 deputados. Em seguida, temos o PT: 49 deputados.

No Senado, o PMDB, também, fica com a maior bancada: 23 senadores. Com a segunda maior bancada aparece o PFL: 18 senadores. Aqui o PSDB aparece como a terceira força: 11 senadores. O PPR elege 9 senadores e o PT, fica com a quinta maior bancada ao eleger 5 senadores.

2.3 As Eleições de 1998: contexto e resultados

Entre a eleição de 1994 e o período eleitoral de 1998 não houve mudanças substanciais na conformação das principais forças político-eleitorais no país. De um lado, o governo do PSDB, apoiado por uma ampla coligação conquistada durante o governo, que reunia PSDB, PFL, PTB, PMDB e PPB, de outro, o principal partido de oposição, PT, liderado por Lula, que também passou a ser apoiado por uma coligação mais ampla do que a de 1994: PDT, PSB, PCB e PC do B. A novidade da campanha eleitoral será a candidatura Ciro Gomes, pelo PPS, cujas chances, naquele momento, eram vistas como pequenas: chegou em terceiro lugar.

Além disso, ao longo do mandato presidencial de FHC, foi aprovada a emenda constitucional que permitia a reeleição para os cargos Executivos nas três esferas da federação. O ano de 1996 é marcado pelo desejo da coalizão majoritária, que governava o país, de prorrogar sua estada no poder, alterando o parágrafo 5 do art. 14 e do art. 82 da Constituição. A estabilização da moeda passou a ser condicionada a reeleição do criador do Plano Real. Em 1997 o desejo se concretiza e a Emenda Constitucional número 16 é aprovada em 4 de junho após quatro votações. A reeleição estava aprovada.

Se em 1994 os autores já apontavam para a força eleitoral do Plano Real, em 1998 a avaliação predominante era a de que o Plano teve amplo sucesso no combate à inflação, reforçando a credibilidade de seu condutor. Novamente, a estabilidade da moeda é o grande

fiador da vitória do PSDB, mesmo tendo demonstrado pouco empenho na realização de políticas sociais, na área de geração de empregos, e diante de uma crise internacional, que começou na Ásia em 1997, alcançando a Rússia em 1998, e que ameaçava contaminar outros países, inclusive o Brasil.

Frente aos problemas internos e externos, a campanha enfatizava ainda mais a necessidade de um presidente experiente e capaz. Fernando Henrique Cardoso se apresentava como essa figura política preparada, pois se foi capaz de eliminar o principal mal da economia brasileira (a inflação), também conseguiria manter a moeda estável, retomar o crescimento do emprego e atenuar os efeitos da crise internacional no país (RENNÓ e SPANAKOS, 2006).

A partir deste pano de fundo confrontavam-se as disputas políticas eleitorais entre PSDB e PT. De um lado, o presidente e candidato enfatizava as conquistas de sua administração, principalmente o controle da inflação, e sua experiência e habilidade de governar e enfrentar problemas. De outro, o PT de Lula cuja campanha eleitoral enfatizava seu compromisso com os interesses da maioria da população, frente a um presidente cujas políticas beneficiavam as elites e fragilizavam o país frente a crises internacionais.

No final das contas, pesou a força do Plano Real, o desempenho econômico como fator decisivo de escolha eleitoral por parte dos eleitores. Isso se confirmava pelo grande percentual de eleitores que mencionavam o desempenho do governo ou do Plano Real como motivo para seu voto (a favor ou contra o presidente-candidato). Dados coletados pelo Instituto Data Folha em setembro de 1998 mostravam que a avaliação presidencial tinha a seguinte configuração: 43% do eleitorado avaliaram o governo do PSDB como *ótimo/bom*; 37% como *regular*; e 17% do eleitorado como *ruim/péssimo*. Para Camargo (2003) não apenas o voto retrospectivo, mas, sobretudo, o prospectivo explica a vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1998.

Novamente, tal como ocorreu em 1994, o cálculo eleitoral econômico, seja retrospectivo ou prospectivo, vingou nas eleições de 1998. O PSDB é reconduzido ao poder porque ainda obtinha créditos políticos do sucesso de seu plano de estabilização econômica (RENNÓ e SPANAKOS, 2006).

Desta forma, em 1998, o PSDB reelegeu seu candidato à Presidência, Fernando Henrique Cardoso, também no primeiro turno, ficando o PT novamente na segunda posição. O PPS de Ciro Gomes obtém a terceira posição na corrida presidencial, angariando 7.426.190 dos votos (10,97%), mas com uma pequena bancada, a décima terceira no Congresso Nacional, quando somamos deputados e senadores: 3 deputados e 2 senadores.

Na Câmara dos Deputados o PFL tem a maior bancada: 105 deputados. A segunda maior fica com o PSDB: 99 deputados; em seguida vinha o PMDB com 83 deputados, deixando o PT com a quarta maior bancada: 58 deputados.

No Senado temos a seguinte configuração partidária: o PMDB, nesta casa, fica com a maior bancada, cerca de 29 senadores. Em seguida, o PFL: 20 senadores. A terceira maior bancada fica com o PSDB: 15 senadores. O PT fica com 7 senadores.

2.4 As Eleições de 2002: contexto e resultados

Tão logo Fernando Henrique Cardoso assume o segundo mandato, ele intervém no câmbio, provocando a desvalorização da moeda brasileira frente ao Dólar. Até então, a equiparação do Real com o Dólar era artificialmente mantida para dar a impressão de que a situação econômica do Brasil era estável frente à crise internacional com o intuito de impedir a fuga de capitais. A desvalorização do Real acarretou custos elevados para o país e para as empresas que tinham dívidas em dólar. Tal política cambial começou a gerar um desgaste político para o presidente. A popularidade de Fernando Henrique Cardoso começa a despencar em abril de 1999, seis meses depois de ser reeleito, para não mais subir a patamares anteriores.

Durante seu segundo mandato, o desemprego, um dos três fundamentos clássicos da economia (os outros dois são o crescimento do PIB e a inflação) entra na agenda de problemas. Assim, após o controle da inflação, os outros temas, que envolvem os fundamentos macroeconômicos, passam a ganhar destaque: o desemprego passa a fazer parte da agenda eleitoral nas eleições de 2002, afetando as escolhas eleitorais. Tal situação passa a ser explicado, segundo a ótica do voto retrospectivo.

Começam também a ganhar centralidade a agenda do desenvolvimento social, uma vez que a inflação estava controlada, questões sociais, sobretudo aquelas que envolviam a temática da desigualdade. A partir daí, o eleitorado passa a identificar o PSDB como um partido que não se preocupa com a chamada "questão social", em contraste com o PT, cuja trajetória política o associava como uma agremiação com fortes preocupações sociais que envolvia a população, que iam do desemprego à fome. Esta estratégia retórica do PT, que se inicia em 1994, ganha força a partir de 2002 e seguirá até 2014.

Estas questões acabam por proporcionar um cenário difícil para as candidaturas do PSDB. Contudo, o mercado financeiro não via com bons olhos a possibilidade de vitória de um partido de viés socialista. Na medida em que as intenções de voto no PT aumentavam entre o

eleitorado, maiores eram as chances de uma reação negativa por parte dos agentes do mercado financeiro.

A expectativa negativa dos agentes financeiros gerou impactos na campanha eleitoral do PT, que constantemente reafirmava que não haveria “quebra de contratos” e grandes rupturas, a ponto de expressar seu posicionamento por escrito no documento *Carta ao Povo Brasileiro*, no qual o partido comunicava seu comprometimento com a manutenção da estabilidade macroeconômica e o respeito a contratos feitos durante o governo Fernando Henrique.

Além disso, o PT já dava sinais de moderação, pois, pela primeira vez, fez uma coligação eleitoral que ultrapassava partidos de seu espectro ideológico. Faziam parte da coligação o PL (Partido Liberal), PC do B (Partido Comunista do Brasil), PMN (Partido da Mobilização Nacional) e PCB (Partido Comunista Brasileiro). Luiz Inácio Lula da Silva disputa sua quarta eleição, tendo como Vice-Presidente José de Alencar do PL de Minas Gerais. O PSDB lança como candidato José Serra, então ministro da saúde do governo Fernando Henrique Cardoso. A vice-presidência foi ocupada por Rita Camata (PMDB-ES).

O PSDB vê suas chances diminuir no pleito, pois herda uma baixa avaliação do governo anterior. De acordo com o Instituto Datafolha, em outubro de 2002 a avaliação positiva (respostas “ótimo/bom”) do governo FHC era de 23%, bem inferior à obtida em setembro de 1998, de 43%, pouco antes de sua reeleição. Neste mesmo ano a avaliação *regular* registrava 42% e *ruim e péssimo* 32%.

Mesmo assim, a eleição presidencial de 2002 é disputada em dois turnos. O Partido dos Trabalhadores chega ao poder com um discurso que combinava a manutenção de contratos, para acalmar os mercados financeiros nacional e internacional, com propostas de geração de emprego.

No primeiro turno, o PSDB obtém 19.705.445 votos (23,19%) enquanto o PT obtém 39.445.233 votos (46,44%). No segundo turno, o PT consegue 52.793.364 (61,27%), elege Lula presidente. O PSDB tem a preferência de 33.370.739 (38,72%). Com certa surpresa, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) de Anthony Garotinho aparece como a terceira força eleitoral na corrida presidencial com 15.180.097 dos votos (17,86%).

Na Câmara dos Deputados, o PT fica com a maior bancada, 91 deputados federais. O PFL fica com a segunda, 84 deputados, seguido do PMDB, 74 deputados. O PSDB cai para a quarta posição, 71 deputados. No Senado, o PMDB também fica com a maior bancada, 20

senadores. Seguido do PFL, 18 senadores. O PT atinge 14 senadores. O PSDB fica com 12 senadores.

2.5 As Eleições de 2006: contexto e resultados

O tema da corrupção aparece durante o período eleitoral de 2006. Não só entre os candidatos este tema é debatido, como também, entre os eleitores. Nada menos de 30% dos eleitores classificavam esta temática como o principal problema do país.

“Corrupção e escândalos afins foram temas centrais das eleições de 2006. Dados de opinião pública, apontados pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), deixam claro: 30% dos eleitores brasileiros indicaram a corrupção e escândalos decorrentes como o principal tema da campanha” (RENNÓ, 2007, p.261).

E não poderia de ser de outra forma, pois uma série de escândalos atingem o PT ao longo do primeiro governo petista (2002-2006). No meio de seu mandato esses escândalos envolviam desvios de verbas públicas e compra de apoio parlamentar no Congresso.

O primeiro que veio a público atingia um integrante da Casa Civil, visto como um dos principais articuladores entre os Poderes Executivo e Legislativo, e ficou amplamente conhecido como o caso Waldomiro Diniz. Logo depois, Roberto Jefferson (PTB-RJ) e seus nomeados na empresa dos Correios sofrem denúncias de corrupção. Em seguida, Roberto Jefferson acusa José Dirceu (PT-SP), Ministro Chefe da Casa Civil, de ser mentor da compra de apoio legislativo na Câmara dos Deputados: o chamado escândalo do Mensalão. Em 2005, José Dirceu, até então o “homem-forte” do governo Lula, deixa o governo federal, em dezembro do mesmo ano, tem seu mandato de deputado federal cassado por quebra de decoro parlamentar. Depois temos o escândalo dos “Sanguessugas”: denúncias de superfaturamento na compra de ambulâncias pela via de emendas parlamentares, liberadas pelo governo em exercício. Finalmente, surge às vésperas das eleições, a compra de dossiês sobre candidatos adversários por parte de petistas (os “aloprados” do PT).

No entanto, esta série de atos negativos não foi suficiente para impedir um segundo governo petista (2006-2010). Apoiado no conceito de voto retrospectivo multidimensional, que levaria em conta também fatores econômicos e ideológicos, Rennó (2007) explica o comportamento eleitoral e a consequente vitória do PT na eleição presidencial. Assim, a falta de probidade administrativa e de lisura não resultou em punição pelo eleitorado. A identificação partidária, a posição ideológica dos partidos e avaliação do governo, tanto na

esfera econômica como na esfera social, explicariam a vitória petista, na medida em que serviram de escudo frente aos escândalos de corrupção que envolveram a sua administração.

Nas palavras de Rennó:

“Claramente, os escândalos de corrupção não foram suficientes para levar Lula à derrota. Possíveis lealdades de mais longo prazo, como visões sobre os partidos políticos, além de avaliações retrospectivas e visões sobre a economia tiveram maior importância. Portanto, houve voto retrospectivo, só que mais fortemente influenciado por fatores clássicos, como visões sobre a economia ou avaliações gerais do governo” (RENNÓ, 2007, p.278).

Se o primeiro governo petista é marcado, negativamente, por escândalos de corrupção, ele é também marcado, positivamente, pelo início de programas de transferência de renda. Não são poucas as análises que têm atribuído ao Programa Bolsa Família a reeleição do petista Lula (NICOLAU e PEIXOTO, 2007; SOARES e TERRON, 2008; LICIO, RENNÓ e CASTRO, 2009). Criado em 2003, este programa de transferência de renda do governo federal atingiu os 26 estados da federação e mais o Distrito Federal. Conseguiu beneficiar cerca de 11 milhões de famílias ou 44 milhões de pessoas já em 2006, alcançando 100% de sua meta (LICIO, RENNÓ e CASTRO, 2009). E contribuindo significativamente para a redução da pobreza e da desigualdade (IPEA, 2006).

Nicolau e Peixoto (2007) percebem uma inversão no perfil eleitoral petista depois da implementação do Bolsa Família. O PT teve praticamente o mesmo percentual de voto nas duas eleições: 2002 e 2006 (cerca de 60% dos votos), mas, enquanto que, em 2002, quanto melhor a situação social do município, maior era a votação petista, em 2006, a situação se inverte: à medida que os indicadores sociais pioram, maior era a votação petista. Credita-se, assim, a vitória de Lula a votação de um eleitorado cuja renda per capita era inferior a dois salários mínimos e que representava 47% do eleitorado brasileiro. Argumenta-se, então, que temas como ética e transparência pública são preteridos por indivíduos que necessitam sanar suas necessidades mais básicas. “Ou seja, ainda que as denúncias de corrupção tenham sido graves, elas não afetaram o voto em Lula nos estados e municípios mais pobres, com menor índice de Desenvolvimento econômico (IDH)” (LICIO, RENNÓ e CASTRO, 2009, p.36).

Soares e Terron (2008) também notam mudanças significativas no eleitorado entre 2002 e 2008 e se perguntam o porquê de tais mudanças. E chegam às mesmas conclusões de Nicolau e Peixoto (2007): o programa de transferência de renda e combate à desigualdade foi o principal responsável pelo crescimento da votação de Lula nos municípios mais pobres do Norte e Nordeste do país. Licio, Rennó e Castro (2009) ao analisarem individualmente o

comportamento e a atitude eleitoral dos beneficiários do Programa Bolsa Família, encontram significância estatística entre os beneficiários e a avaliação positiva com relação ao governo Lula.

Contudo, se os autores mostram evidências de que os escândalos e denúncias de corrupção não foram capazes de tirar o PT do poder presidencial, pode-se argumentar no sentido de que os escândalos e denúncias de corrupção conseguiram frear uma possível vitória do PT já no primeiro turno. Neste sentido, como já registramos o Programa Bolsa Família não aumentou as bases eleitorais do PT. Ele atuou no sentido de ter mudado o perfil do eleitorado entre as eleições de 2002 e 2006. De um perfil mais diversificado (várias regiões do país, diferentes classes sociais, graus de instrução distintos) para um perfil mais específico ligado ao seu principal programa social (Bolsa Família) e mais concentrado no Norte e Nordeste, em uma população mais pobre e menos escolarizada (VEIGA, 2007; SOARES E TERRON, 2008).

Veiga (2007) mostra, ainda, que a identificação partidária entre os quatro grandes partidos da época: PT, PMDB, PSDB e PFL, declinou entre aqueles que possuíam alguma identidade. Apesar de apontar para o fato de que o PT foi o partido que mais sentiu este declínio, nenhum dos três se beneficiou de forma direta com este fato. Assim, o PSDB, além de diminuir sua taxa de identificação partidária, não mudou o perfil de seu apoio, algo que ocorreu com o PT (VEIGA, 2007).

As eleições de 2006 são disputadas e o PT de Lula obtém a vitória coligado com PRB e PCdoB e com o mesmo vice de quatro anos atrás: José de Alencar (PRB-MG). O PSDB de Geraldo Alckmin, repetindo a coligação dos anos vitoriosos com o PFL, fica na segunda colocação. No primeiro turno, o PT obteve 46.662.365 dos votos (48,61%) e o PSDB 39.968.369 dos votos (41,64%). E em terceiro lugar aparece o PSOL (Partido da Solidariedade), uma dissidência do PT, tendo à frente Heloísa Helena que obteve 6.575.393 dos votos (6,85%). No segundo turno o PT possui a preferência eleitoral de 58.295.042 (60,83%) do eleitorado, enquanto o PSDB possui 37.543.178 (39,17%) dos votos.

A maior bancada fica com o PMDB: 89 deputados federais e 20 senadores. O PT fica com a segunda: 83 deputados e 11 senadores. A terceira com o PFL: 65 deputados e 17 senadores. A quarta com o PSDB: 66 deputados e 13 senadores. A terceira com o PFL: 65 deputados e 17 senadores. E o PSOL, que foi a terceira força na corrida presidencial, fica com a décima quinta bancada: 3 deputados e nenhum senador.

2.6 As Eleições de 2010: contexto e resultados

Tal como ocorreu em 2006, nas eleições presidenciais de 2010 os escândalos de corrupção aparecem como tema de campanha e com extensa cobertura da mídia. Três casos merecem destaque.

O primeiro deles foi a acusação de tráfico de influência com familiares que envolveu a Ministra da Casa Civil Erenice Guerra. A denúncia foi revelada pela revista *Veja*, em sua edição de 11 de setembro de 2010. Antes da investigação ser finalizada, Erenice se afastou do cargo.

O segundo escândalo diz respeito a acusações de contratações de dossiê contra candidatos. Ou melhor, grupos ligados ao PT foram acusados de copiar declarações do imposto de renda de Eduardo Jorge, vice-presidente do PSDB, na época da eleição. Esta denúncia foi publicada na *Folha de São Paulo*. As cópias, segundo a matéria, teriam sido feitas por funcionários da Receita Federal e repassadas para o comitê de campanha do PT.

Por fim, o terceiro escândalo associado ao PT foi a revelação, por parte da Receita Federal, de que havia indícios de consultas sem autorização das declarações de imposto de renda de 2008 e 2009 de Verônica Serra, filha de José Serra (PSDB-SP).

Mesmo com estas denúncias, o tema da corrupção não interferiu no resultado final da eleição presidencial de forma significativa em 2010, apesar de ter uma visibilidade maior nestas eleições do que nas eleições nacionais ocorridas em 2006. O fato é que ao final do segundo mandato petista, o índice de aprovação da presidência Lula chegava a ser maior do que 70%. Além disso, o carro-chefe dos programas sociais, o Bolsa Família, no ano eleitoral de 2010, atendia 12 milhões de família com promessa de continuidade, caso ocorresse uma vitória petista.

Dada à impossibilidade de uma nova reeleição, Lula indica sua ex-ministra de Minas e Energia e então ministra da Casa Civil Dilma Rousseff como candidata à Presidência pelo PT, tendo como vice Michel Temer (PMDB-SP) com o apoio de uma ampla coligação: PMDB, PDT, PC do B, PSB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN. Já a posição peessedebista lançou mais uma vez o nome de ex-governador de São Paulo, repetindo a indicação de 2002. Compunham sua coligação os seguintes partidos: DEM¹, PPS, PMN, PT do B e PTB.

O PSDB trouxe algumas lições da disputa anterior. Na visão de seus líderes, a estratégia petista de associar Alckmin ao governo de Fernando Henrique Cardoso e, mais ainda, associar a imagem do PSDB a práticas elitistas de governar, foi exitosa. Diante disto, José Serra, que já

¹ Antigo PFL.

tinha perdido um pleito para Lula, volta como candidato com outra estratégia. Ele procura não entrar em choque com a herança dos oito anos de governo petista ao não se colocar como um opositor direto do ex-presidente. Ao mesmo tempo, ele tenta se dissociar do governo peessedebista de Fernando Henrique Cardoso. Diante de uma candidata petista que nunca tinha concorrido a qualquer cargo eletivo, José Serra se apresenta, então, como um candidato com longa e excelente experiência na administração pública, procurando na campanha explorar os casos de corrupção envolvendo administrações petistas. Em contraponto, a postulante Dilma se mostra como uma candidata de continuidade da era petista liderada por Lula.

A candidata pelo PT, Dilma Rousseff, vence o pleito. Buscando identificar os fatores mais importantes que levaram a terceira vitória petista seguida, Magalhães, Silva e Dias (2015) encontram na força eleitoral de Lula e no principal programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família, as razões do sucesso eleitoral do PT.

No primeiro turno o PT consegue angariar 47.651.434 dos votos (46,91%) e o PSDB obtém 33.132.283 votos (32,61%). O PV (Partido Verde) com Marina da Silva fica em terceiro lugar com 19.636.359 dos votos (19,33%). No segundo turno o PT consegue 55.752.529 dos votos (56,05%) e José Serra do PSDB fica com 43.711.388 dos votos (43,95%).

A maior bancada fica com o PT: 88 deputados federais e 15 senadores. Em seguida vem o PMDB: 78 deputados federais e 19 senadores. O PSDB fica em terceiro com 53 deputados federais e 10 senadores. E o PV com a décima segunda bancada: 14 deputados e nenhum senador.

Cabe observar, que na eleição presidencial, tanto no primeiro turno como no segundo turno PT e PSDB reduzem seu percentual de votação com relação às eleições presidenciais de 2006. E a terceira força, agora representada pelo PV de Marina Silva triplica o percentual de votação. Propondo uma “nova política” e agendas que, segundo o PV, diferiam das grandes agendas apresentadas pelos dois maiores partidos nas eleições, o capital político (quase 20 milhões de votos) da candidata foi logo disputado pelos candidatos que disputariam o segundo turno, Dilma Rousseff e José Serra.

O Bolsa Família teve impacto negativo na candidata do PV Marina, cujo perfil de seu eleitorado esteve positivamente associado aos evangélicos, nos municípios mais adensados, com maior desigualdade de renda e menor taxa de analfabetismo. Veiga (2007), já havia mostrado que o perfil do eleitorado petista tinha sofrido alterações antes das eleições de 2010:

“De 2002 a 2006, o partido despertou a identidade dos eleitores menos escolarizados. Antes de Lula assumir a presidência, a maior parte dos eleitores que se identificavam com a legenda tinha escolaridade até o segundo grau. Agora a maior parte do segmento desses eleitores é de analfabetos ou com primário incompleto. Seguindo a mesma tendência, a renda mensal dos eleitores que se identificavam com o PT em 2002 era de R\$ 1.349,63 e foi reduzida para R\$ 985,08 em 2006 (VEIGA, 2007, p.361).

Para além da mudança de perfil, Magalhães, Silva e Dias (2015) enfatizam o fato de que o programa Bolsa Família teve impacto na eleição da petista Dilma Rousseff para presidente. Ao utilizar um modelo econométrico-espacial elas apontam os seguintes resultados:

“Os resultados indicaram que tanto o Bolsa Família quanto Lula foram importantes na votação de Dilma (tanto no primeiro quanto no segundo turnos). Ou seja, mesmo controlando pela votação obtida por Lula, o BF continuou importante para a eleição de Dilma” (MAGALHÃES, SILVA e DIAS, 2015).

Mesmo contribuindo para a eleição de Dilma, enfatizam, Magalhães, Silva e Dias (2015), o caráter de curto prazo dos programas sociais, não gerando lealdades partidárias de longo prazo, o que vai ao encontro dos achados de Zucco (2013). Segundo eles, Zucco (2013), ao analisar três eleições presidenciais consecutivas a fim de compreender o papel dos programas de transferências de renda, conclui que tais programas no Brasil provocam bons efeitos eleitorais para o partido no poder. Todavia, fica um alerta: os efeitos positivos são de curto prazo e não geram alinhamentos ou fidelidades de longo prazo a políticos ou partidos.

Machado (2012) nos lembra que a eleição presidencial de 2010 também é marcada pela mobilização das diversas correntes evangélicas em prol da inclusão da temática do aborto e do casamento entre homossexuais no debate eleitoral. Verifica-se assim líderes religiosos procurando manter estes temas na perspectiva de “ideologias” religiosas cristãs, criando, assim, uma divisão no primeiro turno da eleição presidencial entre as candidaturas de Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV). O PSDB também foi uma opção. Contudo, possuía baixo apoio entre os evangélicos.

No segundo turno, o PT e o PSDB partiram para um debate em torno das questões das drogas, das privatizações, das políticas sociais e de questões morais, de cunho religioso, como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Apesar da estratégia de campanha do candidato de oposição, José Serra (PSDB), privilegiar informar aos eleitores, constantemente, sobre as questões morais, ou de valores, que estavam em cena, como o aborto e a moralidade pública, a candidata do governo consagrou-se vitoriosa na disputa, com apoio da maior

comunidade evangélica do país. No entanto, a comunidade evangélica encontrava-se claramente dividida.

“(…) líderes da Igreja Universal do Reino de Deus enganaram-se na campanha petista e travaram duros embates com seus pares pentecostais nas mídias eletrônicas, impressa e digital para desconstruir a associação da candidata Dilma com os temas polêmicos da descriminalização do aborto e da união civil de pessoas do mesmo sexo” (MACHADO, 2012, p.27).

Portanto, apesar da vitória do PT no segundo turno das eleições, no que se refere a este segmento eleitoral a sua candidata não sai tão fortalecida. Cabe lembrar que Dilma tinha feito declarações em prol do aborto aos meios de comunicação, mas que tão logo começou a campanha eleitoral lançou um documento chamado de “Carta aberta ao povo de Deus”, no qual se comprometia a deixar os temas do aborto e da união entre homossexuais para o Legislativo. O Executivo não encaminharia nenhuma proposta de lei que envolvesse estes temas. Postada no *site*, e amplamente compartilhada entre os evangélicos, assinalava ainda o apoio da petista a diversas lideranças de diferentes denominações evangélicas (MACHADO, 2012). Tal feito, teve reflexos no segundo turno da eleição, o que possibilitou a sua inserção eleitoral no meio evangélico.

2.7 As Eleições de 2014: contextos e resultados

O contexto de 2014 foi distinto. A presidenta Dilma agora buscava a sua reeleição e já gozava de mais autonomia em relação ao ex-presidente Lula. Ela contava com os créditos decorrente da continuidade do Programa Bolsa Família e com aquele advindo de seus próprios programas, como Mais Médicos e o Minha Casa, Minha Vida, também voltados para as populações carentes. (MAGALHÃES, SILVA e DIAS, 2015).

Veiga e Ross (2016) destacam o fato de que em 2012 o índice de popularidade da presidenta petista era 78%, segundo pesquisa do IBOPE. Além de obter uma boa avaliação na esfera das políticas sociais de combate à desigualdade, era bem avaliada frente a dois dos três principais fundamentos econômicos: desemprego e inflação².

Contudo, no ano de 2013 a popularidade de Dilma sofre considerável revés. As políticas redistributivas, como o Bolsa Família, começam a ser alvo de críticas de certos segmentos da

² O terceiro fundamento econômico é a taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

população, daqueles que não são beneficiados por tais programas³. As classes alta e média passam a reagir de maneira mais contundente à ênfase, tida como excessiva, que o governo dava à área social. No campo econômico, passam a sentir que seus interesses materiais foram deixados, como que, na penumbra da agenda nacional.

Parte desta insatisfação é canalizada pelas passeatas de junho de 2013 nos quais aparecem também a insatisfação com os serviços públicos de saúde, educação, segurança e transporte. A realização da Copa do Mundo é vista como mecanismo de enriquecimento ilícito e como algo não prioritário e não relevante diante dos serviços públicos.

Os principais índices macroeconômicos começam a ser mal avaliados por parcela significativa da população num ambiente em que a mídia questiona o excesso de estado na economia e na sociedade.

Conforme dados oficiais do governo federal sistematizadas pelo IBGE, a taxa de desemprego, entre 2013 e 2014, variou de 6,20 a 7,20. Já a taxa de inflação (IPCA- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), entre dezembro de 2013 e setembro de 2014, variou de 0,92 a 0,57. Ou seja, houve uma queda. No entanto, a taxa de crescimento do PIB caiu entre o final de 2013 e setembro de 2014: de 2,4 para -1,1. Havia forte insatisfação com a desaceleração da economia.

Desta forma, e do ponto de vista da teoria econômica do voto, as condições para uma possível punição ao governo petista poderiam ser viabilizadas, dada uma possível percepção negativa da economia (VEIGA e ROSS, 2016).

Em 17 de março de 2014 surge a Lava-Jato⁴, operação da polícia federal e do Ministério Público que visava desbaratar uma rede de pagamentos de “propina” para políticos do PT, e demais partidos de sua base aliada, por parte das empreiteiras em troca de realizações de obras demandadas pela Petrobrás. Neste ínterim, são noticiadas as primeiras condenações de políticos e empresários envolvidos no “mensalão”. A partir daí vemos a queda na aprovação na condução da economia, divulgação do mau uso do dinheiro público, denúncias da Operação Lava-Jato e insatisfação com serviços públicos de segurança, saúde e educação. Os estudos de alguns

³ Além do Bolsa Família, havia também outras políticas sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aumento do salário-mínimo sempre acima da inflação e expansão do crédito, por exemplo.

⁴ Em 17 de Março de 2014 começa a lava-jato. O doleiro Alberto Youssef é preso na primeira fase da Operação Lava-Jato. Três dias depois, Paulo Roberto Costa também é preso. O Planalto diz que o relatório que baseou a compra da Refinaria de Pasadena era falho, o que amplia a crise na Petrobras.

autores revelam que, com exceção da política de combate à pobreza, todo governo Dilma torna-se mal avaliado. O descontentamento é retratado da seguinte forma:

“O que se vê é que a queda na aprovação na economia (desemprego, controle dos juros e inflação) afetou o principal sustentáculo do prestígio presidencial. Paralelamente, as divulgações do uso do dinheiro público em obras da Copa do Mundo, das penalidades destinadas aos “mensaleiros” e as recentes denúncias da Operação Lava Jato reforçaram a ideia de corrupção e impunidade no país. Assim, podemos sistematizar como os motivos para a insatisfação do governo Dilma a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas: estagnação do crescimento, insatisfação com a qualidade dos serviços públicos da saúde, educação e segurança, corrupção e impunidade, utilização de recursos para obra da Copa do Mundo, processo do “mensalão” e denúncias da Petrobrás (Borba, Veiga e Martins, 2015, p. 187).

Com a insatisfação vem à tona a retomada no campo ideológico a crença liberal de que o sucesso vem pelo esforço individual. A meritocracia ganha força frente às políticas de cotas, tanto nas universidades – para negros e para alunos que, tão somente, estudaram em escolas públicas – como no ingresso a carreira pública, pela via de concursos. Resumidamente, a dimensão ideológica passa a colocar em xeque as políticas sociais inclusivas da era PT (TATAGIBA e GALVÃO, 2019).

Tatagiba e Galvão (2019) também argumentam no sentido de que as manifestações iniciadas em junho de 2013, e continuadas em 2015-2016 têm um duplo caráter: polarização política e heterogeneidade de demanda. Estes movimentos de duplo caráter geraram a instabilidade que desembocou no *impeachment* de Dilma, uma vez que expressavam os limites das políticas de conciliação de classes dos governos petistas.

“Sustentamos que os protestos resultaram das mudanças produzidas pelos governos petistas, que geraram um conjunto diverso de insatisfações em diferentes grupos sociais, situados entre os dois polos do espectro político. Os protestos precedem a eclosão da crise econômica, ao mesmo tempo em que a intensificação dos protestos evidencia os limites da conciliação de classes. Nas ruas, esse processo se expressou em um padrão de mobilização social que combinou polarização política (em torno do eixo PT x anti-PT) e heterogeneidade de atores e reivindicações (TATAGIBA e GALVÃO, 2019, p.91).

A partir daí se cristaliza na sociedade a polarização petista e antipetistas que, em seguida, vai extrapolar os contextos sociais para ganhar a esfera política, onde as forças de oposição vão lutar pelo voto da direita crescente, a fim de dar uma direção organizada a estas novas demandas na forma de uma agenda liberal na economia e conservadora nos costumes. (TATAGIBA e GALVÃO, 2019).

Rapidamente, a valorização do empreendedorismo e do esforço individual entra em sintonia com os valores do neopentecostalismo, que são organizados segundo uma teologia da prosperidade. A difusão dos valores neopentecostais traz consigo o conservadorismo moral e comportamental de direita, que envolve concepções de famílias, de identidade sexual e de gênero, chegando até a espaços de ensino, com a chamada agenda da escola sem partido. Por fim, eles associam a falta destes valores tradicionais, quase que exclusivamente, aos políticos do PT.

Mesmo com este pano de fundo, mais uma vez, os candidatos do PT e do PSDB aparecem como os principais postulantes ao principal cargo no sistema presidencialista de governo. Apesar da rápida ascensão de Marina da Silva do PSB que vinha concorrendo à presidência após o trágico acidente de Eduardo Campos⁵ sua candidatura não conseguiu deslocar o PSDB da disputa presidencial. A campanha do PSDB apela para o voto útil e contesta a capacidade da candidata do PSB garantir a governabilidade, caso assuma a presidência. O PSB perde fôlego e a corrida presidencial se mantém entre PT e PSDB pela sexta eleição seguida. E pela quarta vez seguida o PT, coligado com PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS, PC do B, leva o pleito no segundo turno, deixando o PSDB, coligado com SD, PMN, PEN, PTN, PTC, DEM, PT do B e PTB na segunda colocação.

No primeiro turno o PT, tendo novamente Michel Temer do PMDB como vice, obtém 43.267.668 dos votos (41,59%) e o PSDB fica com 34.897.211 dos votos (33,55%). Na terceira colocação aparece novamente Marina da Silva, mas concorrendo agora pelo PSB⁶, e conquista 22.176.619 da preferência do eleitorado (21,32%).

Como podemos ver, mesmo perdendo espaço para o PSDB de Aécio Neves, a candidata Marina Silva do PSB repete a sua votação de quatro anos atrás. Assim, um eleitorado bastante significativo passa a ser objeto de conquista por parte das duas legendas que chegaram ao segundo turno.

Cabe registrar que houve uma suposta influência de setores evangélicos no plano de governo de Marina Silva, mais precisamente do líder e Pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVC) Silas Malafaia. O programa da candidata atendia até então a demanda do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a possibilidade de adoção de crianças por parte destes casais, algumas das demandas dos grupos ligados ao pensamento LGBT. Com a reação

⁵ Até então o cabeça da chapa era Eduardo Campos (PSB-PE).

⁶ Inicialmente Marina da Silva era vice na chapa do PSB, tendo a frente Eduardo Campos como candidato à presidência, Devido a um acidente aéreo, Campos falece em 13 de agosto de 2014 e Marina assume a cabeça da chapa.

evangélica, Marina muda o programa e acaba provocando rivalidade liderados pelo Pastor Silas Malafaia e a liderança psolista Jean Willis nas redes sociais. Mesmo com as mudanças, em seu microblog, Malafaia se diz não convencido com a essência cristã da candidata do PSB e diz que irá apoiar o candidato e Pastor Everaldo Pereira do PSC no primeiro turno e, caso haja segundo turno, apoiará qualquer candidato rival a petista Dilma Rousseff. Uma mudança de lado dos pentecostais.

Durante as negociações para a disputa do segundo turno, Marina Silva declara apoio a Aécio Neves. Com este apoio o PSDB chega bem perto de levar o pleito de 2014 no segundo turno. O PT conquista 54.501.118 dos votos (51,64%) e o PSDB conquista 51.041.155 dos votos (48,36%).

A segunda maior bancada do Congresso Nacional fica com o PT: 69 deputados e 13 senadores. A primeira maior bancada é do PMDB: 66 deputados e 19 senadores. E, em terceiro, o PSDB: 54 deputados e 11 senadores. O PSB conquista a sexta maior bancada do Congresso nacional: 34 deputados e 8 senadores.

3 AS ELEIÇÕES DE 2018: CONTEXTO E RESULTADOS

Mesmo com a vitória petista, o partido sai das eleições de 2014 com a imagem bastante arranhada. A associação entre corrupção e PT sai fortalecida. Some a isto as acusações de irresponsabilidade fiscal que a presidente já vinha sofrendo no final de seu primeiro mandato. Diante da crise fiscal, já em novembro de 2013, os principais jornais de circulação do país noticiaram que o governo já sabia da crise. Noticiavam eles que, durante reunião do Tesouro Nacional, mesmo o secretário Arno Augustin sendo alertado pelos 19 coordenadores do órgão sobre o agravamento da crise fiscal e econômica, o secretário ratificava a manutenção da política econômica.

Na mesma data da confirmação da vitória de Dilma, 28 de outubro de 2014, o candidato tucano derrotado Aécio Neves divulga uma nota em sua página oficial do Facebook se colocando como oposição sistemática ao governo petista.

Em 30 de outubro de 2014, o PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação de segundo turno, apelando para a “descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e à infalibilidade da urna eletrônica” (Estado de São Paulo). Entre os pedidos enviados ao TSE está a disponibilização de cópia dos arquivos eletrônicos que compõem a memória de resultados, obtidas a partir de dados fornecidos por cada seção eleitoral.

Em 5 de novembro de 2014, ainda como senador, em seu primeiro discurso após a derrota eleitoral, Aécio Neves (PSDB-MG) volata a dizer, em tom de promessa, que irá fazer uma oposição “incansável e intransigente ao governo petista. E volta a celebrar o que chamou de “novo Brasil que surgiu das urnas”. Para ele, sua candidatura foi além de partidos e coligações, sendo um espécie de redenção nacional (AGÊNCIA SENADO, 2014). E conclui, no mesmo dia, com uma fala que pretende unificar na sua pessoa toda oposição ao governo petista:

“A oposição não terá a voz de um único líder. Ao olharem para as oposições no Congresso Nacional, não contabilizem apenas o número de cadeiras. Enxerguem através de cada gesto, voto, manifestação a voz estridente de mais de 51 milhões de brasileiros que não aceitam mais ver o Brasil capturado por um partido e por um projeto de poder” (AGÊNCIA SENADO, 2014).

Em 18 de dezembro de 2014 o PSDB, sob alegação de que a campanha do PT teria sido financiada com dinheiro de corrupção, algo que feria a legitimidade das eleições, protologou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedido para cassar o registro de candidatura da presidente

Dilma Rouseff e de seu vice, Michel Temer e determinar que o senador Aécio Neves, o segundo colocado, assumisse a presidência.

Durante, a campanha eleitoral, a candidata petista tinha assumido o compromisso de que não mexeria nos direitos trabalhistas “nem que a vaca tussa”, porém, em dezembro do mesmo ano, seu governo anuncia corte em benefícios trabalhistas, como abono salarial e seguro-desemprego, contrariando o que tinha dito ao longo da campanha.

No início de 2015, no mês de fevereiro, no Congresso, após o governo estimular o crescimento do PSD para tentar minar o poder do PMDB no Congresso, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) é eleito presidente da Câmara. Aliado ao baixo clero da Casa, Cunha se fortalece e derrota o candidato do governo, Arlindo Chinaglia.

No mês de março, a Lava Jato anuncia, de acordo com a “Lista de Janot”, que o deputado Eduardo Cunha estava entre os denunciados. Por sua vez, Cunha acusa o governo de direcionar o trabalho do procurador-geral da República. Cunha se torna inimigo público do Planalto. No mesmo mês, Dilma enfrenta os primeiros “panelaços” durante pronunciamento em rede nacional de rádio e TV. Segue disto grandes manifestações contra o governo, que tomam conta das ruas do país.

No mês de abril, João Vaccari, tesoureiro do PT, é preso durante mais uma fase da operação Lava-Jato. Em junho, o presidente da maior construtora do país, Marcelo Odebrecht é preso na Lava-Jato. Cabe ressaltar que outros empreiteiros já estavam presos. Em outubro o TSE aceita a acusação do PSDB e abre processo que poderia levar à cassação da chapa Dilma-temer. Já o TCU reprova as contas de 2014 do governo.

Sem conseguir os votos de petistas no Conselho de Ética da Câmara, Cunha aceita pedido de *impeachment*. A relação entre Dilma e Temer fica abalada após o vazamento de uma carta enviada pelo peemedebista, na qual ele reclama da presidente e diz que é um “vice decorativo”.

Entramos em 2016, e em fevereiro ocorrem as prisões do ex-marqueteiro do PT João Santana e sua mulher, Mônica Moura. O casal, depois de confirmar a existência de caixa dois na campanha presidencial de Dilma em 2010, foi solto. Em março, a delação premiada de Delcídio Amaral traz Dilma para o centro da crise de corrupção, estimulando a movimentação pelo *impeachment*. No dia seguinte, por ordem do juiz Sérgio Moro, o ex-Presidente Lula é levado coercitivamente para depor na Lava-Jato. No dia 15 de março, o juiz Moro divulga áudio entre Lula e Dilma e interrompe a nomeação de Lula para a Casa Civil. Em 29 de março, o PMDB anuncia o desembarque do governo Dilma, articulado por Temer. Segue-se o

desembarque do PP (Partido Progressista) e do PSD. Ambos anunciando o apoio ao *impeachment*. É no mês de março que acontecem os maiores protestos contra o governo Dilma. Atos a favor do governo também acontecem. A sociedade fica cada vez mais polarizada.

Em abril a AGU (Advocacia Geral da União) vai ao Supremo Tribunal federal tentar barrar o processo de *impeachment*, sob alegação de que houve lesão ao direito de defesa. O recurso é negado. Com 367 votos a favor, o processo de *impeachment* passa pela Câmara e segue para o Senado. Em maio acontece a votação. O senado aprova por 55 votos a favor e 22 contra o processo de impedimento da presidenta Dilma. Afastada do cargo, Temer assume o governo provisoriamente e, em agosto, assume definitivamente, após Dilma ter seu mandato definitivamente cassado em 31 de agosto de 2016.

O *impeachment* da Presidente Dilma conduzido pelo Congresso Nacional tinha apoio de grande parte da população brasileira desgostosa com a crise econômica, que tinha na sua face mais visível o desemprego e a perda de poder de compra do trabalhador, e convivia com as denúncias de corrupção apontadas pela Lava-Jato. Veiga, Ross e Martins (2019) apontam como estes dois fatores influenciaram na perda do escudo popular de Dilma Rousseff, no qual se embasou a perda de seu escudo parlamentar. A articulação entre o clima da opinião pública e o comportamento dos parlamentares é colocada da seguinte maneira:

“(…) A insatisfação com o governo foi canalizada para movimentos de rua, que serviram para encorajar a ação parlamentar pró-impedimento. Não por acaso, muitos parlamentares, ao manifestarem o seu voto, citaram os movimentos de rua (VEIGA, ROSS e MARTINS, 2019, p.19)

Temer assume o governo com a expectativa de expurgar a corrupção do Planalto, resgatar a credibilidade nacional e internacional e retomar o crescimento da economia, o que, por sua vez, geraria o aumento do emprego e do poder de compra. Frustrando as expectativas iniciais, as denúncias de corrupção da Operação Lava-Jato avançam sobre o PMDB e o seu principal núcleo, assim como sobre outros partidos da base aliada.

No campo das denúncias sobre corrupção destaca-se a delação da JBS. O acordo de delação premiada entre os principais acionistas do grupo J&F – os irmãos Joesley e Wesley Batista – e o Ministério Público Federal (MPF) serviu de base para a denúncia, por parte do até então Procurador da República Rodrigo Janot, de corrupção passiva contra o Presidente Michel Temer (PMDB-SP), após Joesley Batista entregar gravações de conversas com Temer, em maio de 2017. Todavia, logo depois, a própria Procuradoria Geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a anulação do acordo, uma vez que ele foi utilizado para manipular

o mercado. Os irmãos acabaram presos. Além disso, o Plenário da Câmara Federal rejeitou o prosseguimento da investigação contra o presidente Michel Temer (PMDB-SP). Sem autorização legislativa o STF fica impossibilitado de investigar o mandatário.

Ainda em 2017, no mês de setembro, o mandato de Temer sofre nova ameaça, pois é acusado de receber propina. O chefe do Executivo, assim como outros acusados que ocupavam cargos no governo – Moreira Franco (Secretário-Geral) e Eliseu Padilha (Casa Civil) – enviam por escritos as suas defesas à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que rejeita a denúncia, e novamente, o Plenário da Câmara rejeita e arquiva a acusação.

No campo econômico há uma reversão da curva da economia com uma tendência de retomada de crescimento, todavia, o impacto disso no dia a dia do brasileiro ainda foi muito artificial. A evolução do PIB brasileiro, segundo dados do IBGE, mostra esta reversão, pois se o governo Temer herda uma taxa negativa, -3,31%, ao final de seu mandato o PIB evolui positivamente, atingindo o índice de 1,12%.

Segundo dados do IBGE referentes às taxas de desemprego, e amplamente divulgados nos meios de comunicação, o período que vai do *impeachment* de Dilma até o final da administração Temer, os índices de desemprego se mantiveram estáveis. Quando Temer assumiu o mandato, maio de 2016, a taxa de desemprego girava em torno de 11,2% (11,4 milhões). Em novembro do mesmo ano a taxa subiu para 11,6%, chegando no final de seu mandato com uma taxa de 13,1% (13,7 milhões)⁷.

Paralelo a tudo isso, o governo Temer ainda se depara com a crise da segurança pública em vários estados do país, mas com forte destaque para o Rio de Janeiro. Logo após assumir a presidência, em maio de 2016, Michel Temer criou o Ministério da Segurança Pública afim de dar conta da violência do país. No entanto, no final de 2017 os níveis de violência extrapolam níveis razoáveis no estado do Rio de Janeiro, com destaque para o roubo de cargas e a briga pelos pontos de venda de drogas em comunidades carentes. Em fevereiro de 2018 Temer assina o decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, que irá vigorar até o dia 31 de dezembro do mesmo ano. A partir daí, as Forças Armadas passam a controlar o comando das polícias civil e militar do estado, ficando estas sob a supervisão do interventor, general do Exército, Walter Souza Braga Neto.

Ainda em novembro, o assunto torna-se tema de um seminário promovido pelo Ministério Público Federal (MPF), envolvendo estudiosos, pesquisadores, acadêmicos, representantes da justiça, do ministério público, da sociedade civil e de comunidades. Não

⁷ Portal G1 do Globo.

faltaram críticas, tais como, o aumento dos tiroteios perto de escolas e de balas perdidas atingindo pessoas inocentes. Além de vitimar, na sua maioria, jovens, pobres e negros (todos estes fatos, aqui narrado em sequência, bem como os descritos um pouco acima, tiveram como fonte os noticiários da época, pois foram amplamente retratados nas mídias jornalísticas, diariamente).

É também durante o processo de *impeachment* que vemos com maior nitidez o avanço do conservadorismo e da religião na esfera política. Programas que envolviam reconhecimento de demandas por parte da comunidade LGBT e do movimento feminista (a não-criminalização do aborto), tinham um gosto amargo para políticos ligados as igrejas, sobretudo, as evangélicas (MACHADO, 2012).

Apesar da ausência de estudos sistematizados acerca do governo Temer, o fato é que a sua aprovação (bom ou ótimo), ao final de seu mandato, segundo o Datafolha, foi de 7%. Todo esse cenário vai construindo uma realidade de desgosto com o sistema político. A agenda que se configura para 2018 passa a ser:

- a) a de combate à corrupção;
- b) a da retomada do crescimento econômico;
- c) a do combate à violência urbana.

Dessa forma, se fortalece o discurso antipetista e antiesquerda pautado por:

- a) forte viés moral, embasado em leituras de desvio de comportamento no que tange às acusações de corrupção;
- b) de ineficiência de gestão do Estado, direcionando para valores mais liberais;
- c) de fortalecimento do discurso da Lei e da Ordem para combate da criminalidade.

Ao longo da campanha eleitoral de 2018 o PSDB não consegue captar as insatisfações do eleitorado e, mesmo com uma ampla coligação de apoio e com maior tempo de rádio e televisão, perde espaço para a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL), pois este consegue apoio das lideranças religiosas evangélicas e traz para junto de si um economista liberal, claramente alinhado com o mercado, Paulo Guedes. Além disso, o pouco tempo de propaganda eleitoral gratuita (manos de 10 segundos) foi compensado por uma fatalidade que lhe proporcionou grande exposição na mídia.

Em 6 de setembro, durante campanha eleitoral em Juiz de Fora (MG), Jair Bolsonaro leva uma facada na barriga. A partir daí a mídia passa a acompanhar a evolução da saúde do candidato e, com as subidas nas pesquisas de intenção de voto, ele deixa de comparecer aos debates televisivos e as entrevistas. Enquanto isso, Alckmin (PSDB) patina na casa dos 5%,

não conseguindo sair deste patamar, mesmo comparecendo em todos os debates e entrevistas com o intuito de mostrar seu programa. Sua luta, a partir do crescimento de Bolsonaro nas pesquisas, passa a se dar em duas frentes, com o mesmo argumento. Sua campanha tenta mostrar que tanto o PT como o PSDB são polos radicais, um de esquerda outro de direita. O PSDB tenta encarnar o centro razoável e moderado, no entanto, a sociedade continuava dividida desde o *impeachment* da Dilma, uma estratégia eleitoral que ia numa linha de reconciliação não surte efeito. A sociedade já havia feito suas escolhas antes do período eleitoral.

Ao final da eleição de 2018, o PSDB obtém apenas 4,76% dos votos válidos e não consegue chegar ao segundo ao menos no segundo turno desde as eleições presidenciais de 2002. Na Câmara dos Deputados, composta por 513 membros, o PT elegeu 56 deputados, ficando com a maior bancada. Já o PSL ficou com a segunda maior bancada com 52 representantes, ampliando em 4 vezes em relação à eleição anterior. O PSDB, que foi a terceira maior bancada eleita em 2014, caiu para nona, com 29 representantes. Tinha eleito 54 em 2014. Foram eleitos 54 senadores. O MDB⁸ (antigo PMDB), mesmo perdendo 7 senadores, obteve a maior bancada com 7 senadores; PT, PSDB, PSL e PSD ficaram com a terceira maior bancada. Enquanto, o PT perdeu 7 senadores e o PSDB 2, o PSL que não tinha nenhum, subiu para 4 senadores.

Se o discurso anticorrupção e antiesquerda, aliado ao antipetismo podem ter afetado o desempenho eleitoral do PT, o discurso antissistema e antipolítica podem ter afetado a *performance* do PSDB, bem como a percepção de que o PSDB fazia parte do governo. Some-se a isto o fato de que o PSDB, ao contrário do PT, não possuía enraizamento social desde seu nascedouro como partido Parlamentar.

⁸ O PMDB virou MDB em maio de 2018. PEN virou PATRI em abril de 2018. PT do B virou AVANTE em setembro de 2017. PTN virou PODE em maio de 2017. PSDC virou DC em maio de 2018.

4 REVISÃO TEÓRICA

Nesta seção, o objetivo é apresentar uma revisão da literatura que embasa as escolhas das variáveis e a elaboração das hipóteses deste estudo. Começa-se com a discussão do problema teórico da pesquisa e a escolha da variável dependente: o desempenho do PSDB na eleição presidencial de 2018 e, na sequência, cada item corresponde à discussão de uma variável independente.

4.1 Institucionalização e Polarização do Sistema Partidário Brasileiro no nível Nacional de 1994 A 2014

Os resultados eleitorais no nível das disputas presidenciais, que envolve o período de 1994 até 2014, consagraram dois partidos políticos: PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro). Ou seja, estes dois partidos durante vinte anos dominaram a política nacional, criando uma polarização. Esta correlação de forças se apresentava com as seguintes semânticas: o PT representava a centro-esquerda e o PSDB representava a centro-direita numa escala dos valores políticos.

Tomando por base este fato empírico e tomando como critério de institucionalização a perspectiva que relaciona certa regularidade das forças partidárias ao longo do tempo, Melo (2010) reconhece nosso sistema partidário como estabilizado.

Braga (2010) e Tarouco (2010), fazem uso de outro critério de avaliação para medir o grau de institucionalização do sistema partidário advindo da abordagem proposta por Mair (1997). Na perspectiva deste último, para avaliar a estabilidade ou dinâmica do sistema partidário seria necessário avaliar se a *estrutura de competição* é fechada ou aberta à entrada de novos atores partidários. Nesse sentido, a estrutura de competição poderá ser

“(...) relativamente fechada e, dessa forma, altamente previsível, com pouca ou nenhuma mudança na gama de alternativas de governo ou no padrão de alternância, e com probabilidade alta de os novos partidos não chegarem ao governo. De outro lado, a estrutura de competição pode ser relativamente aberta, e dessa forma bastante imprevisível, com diferentes padrões de alternância, com frequentes mudanças na composição das alternativas de governo, e com grande probabilidade de os partidos terem acesso ao governo (BRAGA, Maria S. 2010, p. 47).

Levando em consideração esta abordagem, para analistas como Tarouco (2010), Braga (2010) e Bohn e Paiva (2009), as eleições nacionais de 1994 a 2014 apontavam para uma maior estruturação do sistema partidário brasileiro, formando um padrão bipartidário estável e institucionalizado da estrutura da competição partidária e, portanto, fechado. Ou seja, um sistema altamente previsível, com pouca ou nenhuma mudança no cardápio de opções alternativas de governo, o que dificultaria a alternância no poder. Teríamos, assim, um sistema com probabilidade alta de novos partidos não chegarem ao Executivo nacional.

O diagnóstico que teríamos um sistema partidário institucionalizado e fechado entre dois partidos, na medida em que a concorrência nacional girava em torno do PT e do PSDB, levava a crer que o PSDB era um partido altamente institucionalizado.

Carreirão (2014) aponta para o fato de que para Rose e Mackie (1988), um dos elementos que pertence ao conceito de institucionalização do partido se refere à existência de organização competitiva no nível das eleições nacionais. Basicamente este critério se refere à capacidade do partido de manter, e por vezes ampliar, uma quantidade de votos ao longo do tempo, que o permita ser competitivo e estável. E, para alguns autores, claramente o PSDB cumpria tal requisito, pois vinha obtendo votações expressivas nas disputas nacionais. Este fato fortalecia ainda mais a percepção de que o sistema partidário era consolidado.

E aqui retomamos brevemente a nossa indagação de pesquisa: se o PSDB era um partido altamente institucionalizado, na medida em que vinha obtendo expressiva votação ao longo das eleições de 1994 a 2014, o que levou a ter um desempenho tão adverso na eleição presidencial de 2018? Nas seções seguintes apresentaremos as teorias que correspondem a nossas variáveis explicativas (independentes).

4.2 O Voto Econômico

Não há como tratar o voto em eleições presidenciais no Brasil nos últimos 30 anos e deixar de considerar o impacto da economia sem que tal decisão não implique uma grande perda. Para o problema desta dissertação, acreditamos que a teoria do voto econômico possa contribuir muito para explicar a trajetória que levou o PSDB até 2018 e como saiu daquele pleito.

Uma Teoria da Democracia (1999) de Anthony Downs é uma obra seminal da análise do voto, do ponto de vista da teoria da escolha racional. Nesta perspectiva, temos, em primeiro lugar, a aplicação da hipótese da maximização da utilidade desenvolvida na teoria econômica à

análise do comportamento político. Em segundo lugar, ela ajudou a cunhar um novo firmamento conceitual: o voto retrospectivo, atribuído a Morris Fiorina em *Retrospective Voting in American National Elections*.

De acordo com o modelo de Downs, o eleitorado é constituído por indivíduos racionais, sujeitos voltados para o próprio bem-estar e capazes de ordenar preferências conforme os benefícios esperados de cada uma das opções que lhe são oferecidas. A razão atua como um mecanismo que possibilitaria ao sujeito fazer a escolha da ação mais adequada para atingir seus objetivos e metas. Nesta perspectiva, a escolha eleitoral teria como fonte o cálculo entre o custo e o benefício de alguma ação ou da decisão de participar. Ao se comportar racionalmente, o eleitor tem como meta diminuir os custos e aumentar suas vantagens pessoais.

Tendo como horizonte a relação entre custos e benefícios, o eleitor pode abster-se ou não das eleições, dependendo dos custos de participação que ele vislumbra. Também pode optar entre votar no governo ou na oposição. O indivíduo toma essa decisão a partir de uma comparação hipotética entre os ganhos advindos com o partido da situação e os ganhos com o partido da oposição, caso no poder.

Conforme esta teoria, a ideologia não representaria a visão de mundo de uma classe social, mas, sim, um atalho que possibilitaria ao indivíduo diminuir os custos de informação relativos à decisão do eleitor no que se refere à escolha eleitoral. Com isso dúvidas nas escolhas seriam amenizadas. Tendo como distinguir o partido por sua ideologia, o eleitor não mais necessita se municiar de informações mais aprofundadas e complexas acerca de programas partidários a serem implementados no futuro e dos arranjos políticos, custo que seria mais alto na ausência da identificação ideológica. Portanto, o eleitor elimina custos se utilizando de atalhos como a identificação com um partido político ou a adoção de uma ideologia.

A teoria de Downs sobre a informação tem sido, todavia, criticada (POPKIN,1991). Segundo Downs, indivíduos investem suas energias na busca de dados somente até o momento em que o retorno obtido com a informação iguala os custos envolvidos na sua procura. Seus críticos argumentam que este tipo de cálculo não seria nada fácil, até mesmo impossível, já que o tomador de decisão tem de decidir o valor da informação, que ele ainda não possui, antes mesmo de deliberar se vale a pena gastar energia para adquiri-la. Mediante a isto, o cidadão pode permanecer desinformado.

Apesar dos problemas que envolvem a obtenção de informações políticas por parte do eleitor, Popkin (1991) acredita que os cidadãos são capazes de formular preferências e influenciar de maneira concreta seus governos, a despeito dos rasos, e às vezes escassos, níveis

de informação. Ou seja, os baixos níveis de informação não impedem os cidadãos de tomarem decisões consistentes ou racionais. Popkin, com base em Downs, mostra que baixos níveis de informação não impedem os indivíduos de tomarem decisões razoáveis. Frente a isso, ele desenvolve a noção de “racionalidade com baixos níveis de informação”. O autor revela que os eleitores usam, de fato, diversos tipos de atalhos que permitem a eles ajuizar, adquirir e guardar informações. Isto significa que ao tomar decisões políticas, os eleitores têm em conta a consideração do que aprenderam em suas experiências passadas, o que faz parte de sua rotina diária, as informações obtidas pela exposição aos meios de comunicação e nas campanhas eleitorais.

Desta forma, apesar da pouca informação, suas decisões têm por base questões realmente substantivas do processo político. Ao contrário do formalismo de Downs, o trabalho de Popkin contextualiza o processo de tomada de decisões eleitorais por parte dos cidadãos, identificando três tipos de operações através dos quais os eleitores conseguem utilizar os atalhos (*shortcuts*): a) avaliando; b) obtendo; c) guardando informação. “*The three main kinds of shortcuts voters use are shortcuts in evaluating, obtaining, and storing information*” (Popkin, 1991:44).

Enquanto Popkin (1991), apresenta uma pluralidade de *shortcuts* que podem ser acionados pelos indivíduos quando tomam suas decisões políticas, Lupia e McCubbins (1998) apontam para um único *shortcut*: o conselho das pessoas. Em suas conclusões, os autores sugerem como as instituições podem ser desenhadas de maneira que facilite as decisões racionais.

Tendo isto em mente, os autores sustentam que não necessitamos conhecer tudo ou ter informação plena para decidir racionalmente. Diariamente tomamos decisões a partir de alguns fragmentos de informação. Isso é feito através de conexões que permitem às pessoas conectarem suas observações cotidianas, presentes em seu mundo físico, a experiências e *feedback* físicos e emocionais, fornecendo assim mais subsídios para suas escolhas.

Em comum a todos estes autores, encontra-se a ideia de que a percepção da economia é a bússola que guia a decisão eleitoral. Assim, se para o eleitor a economia vai bem, o eleitor recompensa o governo reelegendo o incumbente, caso contrário ele pune, isto é, não vota no governo e acaba por dirigir seu voto para a oposição. Assim, Downs (1999) considera que o agente assume a postura de um voto econômico prospectivo, no qual ele compara, segundo seus parâmetros, a *performance* futura dos partidos e candidatos. O melhor desempenho futuro, conforme sua expectativa, ganharia seu apoio eleitoral.

Já Key (1996) e Fiorina (1981) indicam o passado como relevante nas decisões, na medida em que apontam para o voto retrospectivo. Aqui o eleitor avalia o desempenho passado do governante. Ele recompensa e adere, caso avalie como bom o que os incumbentes fizeram quando estiveram no governo, e pune, caso contrário.

Os tipos de votos, retrospectivo e prospectivo, permitem ainda as subdivisões em sociotrópico e egoísta, a depender se os eleitores consideram o desempenho da economia nacional ou o desempenho pessoal e de sua família – respectivamente – na avaliação da economia. Os estudos sobre o voto econômico foram e continuam sendo muito utilizados e têm reforçado a importância, sobretudo, do voto retrospectivo sociotrópico em eleições (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2008).

Desde a redemocratização, a decisão eleitoral nas eleições presidenciais tem sido influenciada pela avaliação econômica (MENDES e VENTURINI, 1994; MENEGUELLO, 1995; CARREIRÃO, 2002, 2007a; PEIXOTO e RENNÓ, 2011), conforme visto na contextualização. Sobre 2014, todavia, Veiga e Ross (2016) já alertaram para como a avaliação da economia refletia a ideologia dos eleitores acima do conhecimento concreto da economia, a afetividade ---- mais do que cortando atalhos, suplantando e comprometendo a racionalidade.

4.3 A Literatura sobre Comportamento Eleitoral e Voto Evangélico para o Executivo no Brasil Pós-Constituição de 1988

No decorrer da campanha presidencial de 2018 foi possível constatar a mobilização de grupos evangélicos pentecostais, sobretudo, nas redes sociais, nas mobilizações de rua e em resultados de pesquisa de opinião a favor de Jair Bolsonaro (PSL). Não foi a primeira vez que a religião afetou o comportamento do eleitor e o resultado da eleição presidencial.

Em 30 de outubro de 2016, Marcelo Crivella, senador e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), é eleito para o Executivo carioca pelo PRB. A conquista da prefeitura do município do Rio de Janeiro pode ser creditada ao crescimento do grupo de evangélicos e sua mobilização política. Estudos anteriores testaram e encontraram tais efeitos nas disputas de 2002 a favor do candidato evangélico Anthony Garotinho e em 2014 a favor da candidata, também evangélica, Marina Silva. No decorrer de várias eleições presidenciais, líderes das principais igrejas pentecostais Silas Malafaia da Assembleia de Deus e Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) estiveram separados, mas para apoiar Jair Bolsonaro se

uniram em 2018. Não por outros motivos, a religião foi tomada como uma variável explicativa na presente pesquisa.

Em 30 de outubro de 2016, Marcelo Crivella, senador e bispo da IURD, é eleito para o Executivo carioca pelo PRB. A conquista da prefeitura do município do Rio de Janeiro pode ser creditada ao crescimento do grupo de evangélicos e sua mobilização política.

Em 1970 aqueles que se declaravam evangélicos representavam 5,2% dos brasileiros. Em 1980, os evangélicos correspondiam a 6,6% da população. O censo do IBGE de 2000 captou um percentual de 14,6%. E em 2010, o percentual alcançou 22,2%⁹. Em números brutos são aproximadamente 42 milhões de habitantes. O Instituto Datafolha em uma pesquisa amostral realizada em dezembro de 2016 constatou um percentual de 29% dos brasileiros como sendo evangélicos. O quadro 1 abaixo ilustra os dados do IBGE em termos percentuais.

Quadro 1 - O perfil religioso brasileiro (%)

RELIGIÃO	1980 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Católica	88,9	73,8	65,0
Evangélica não-pentecostal	3,4	4,2	9,0
Evangélica Pentecostal	3,2	10,4	13,0
Kardecistas	0,7	1,4	2,0
Afro-brasileiras	0,6	0,3	0,31
Outras	1,2	1,6	4,9
Sem religião	1,6	7,3	8,0
Sem declaração	0,2	0,2	0,2
Total	100	100	100
População total do Brasil (N)	119.011.052	169.411.759	211.000.000

Fonte: IBGE, 1980, 2000 e 2010.

Em parte, devido ao crescimento do eleitorado evangélico, a filiação religiosa vem se tornando uma variável importante nos modelos que analisam o comportamento eleitoral no Brasil. A literatura revela que candidatos evangélicos tendem a contar com apoio do eleitorado evangélico e é cada vez mais presente a candidatura institucionalizada pela igreja.

⁹ C.f Censo Demográfico 2010

Bohn (2004), no âmbito dos estudos de comportamento eleitoral, procura estudar as preferências eleitorais dos evangélicos na disputa para o Executivo nacional, utilizando o *survey* do ESEB de 2002. A autora, ao investigar os determinantes do voto dos evangélicos, afirma que:

- a) a igreja foi a principal fonte de informação destes eleitores para a escolha do candidato à presidência;
- b) não consideram que algum partido específico os representem;
- c) também são poucos simpáticos a qualquer agremiação partidária, isto é, em sua maioria não gostam de um partido específico;
- d) possuem baixas taxas de identificação partidária;
- e) quando escolhem um partido, optam pelo partido que é apoiado pelas autoridades religiosas.

Carreirão (2007b), também estudando o comportamento eleitoral, toma os dados do ESEB de 2006 para investigar as variáveis que mais impactaram na escolha presidencial de 2006. A sua análise aponta para o fato de que, dentre as variáveis exploradas, a filiação religiosa aparece em seus estudos como a mais relevante.

Por trás dos estudos acima acerca do comportamento eleitoral dos evangélicos está o fato de que há um crescimento e uma recente mobilização política dos evangélicos no Brasil, que ganha relevo nos estudos devido a capacidade deste eleitorado impactar a competição política eleitoral.

Para Machado (2012), a mobilização do segmento evangélico é guiada pelas preocupações com a temática do aborto e da união entre homossexuais, em nome de uma ordem sexual e social cristã. Para a autora, tem-se um rechaço a partir de uma visão secularizada da diversidade de modos de vida defendidos pelos movimentos feminista e LGBT, partidos de esquerda. Vem daí, segundo a autora, o aconselhamento, por parte das lideranças evangélicas, para uma maior participação política de pastores, nos mais diversos cargos políticos, a fim de conservar uma suposta moral familiar e sexual.

A forte mobilização deste segmento social na política se deve: a) ao tipo de relação estabelecida entre o político evangélico e o eleitor evangélico; b) ao crescimento da presença evangélica nos Legislativos brasileiros; c) a força eleitoral dos candidatos evangélicos e das igrejas pentecostais; d) o apoio de eleitores evangélicos a candidatos que sinalizam a mesma religião (LACERDA, 2017)

A verificação do crescimento dos evangélicos começou a despertar interesse acadêmico no final da década de 1960. Lacerda (2017) aponta os trabalhos de Bastian (1994), Chesnut (1997) e Gaskill (1997) como iniciadores na América Latina. No Brasil, ele aponta Fernandes (1998), Mariano e Oro (2011) Machado (2012). No caso brasileiro, todos eles, segundo ainda Lacerda (2017), ressaltam, de uma forma ou de outra, que os partidos não podem mais fechar os olhos para o crescimento evangélico. Tanto é, que os mais diversos partidos, principalmente depois de 2010, procuram obter apoio destas lideranças religiosas. Ressaltam ainda que o crescimento dos evangélicos geraria um volume de votos que, por sua vez, se transformaria em moeda de troca entre líderes das igrejas e os políticos.

Assim, esta literatura tenta mostrar que o clientelismo é o mecanismo explicativo que está por trás do sólido apoio dos candidatos evangélicos entre seus fiéis, caracterizados como clientela ou “curral eleitoral” desses políticos. Resumidamente, a forte mobilização evangélica com seu consequente êxito na arena eleitoral é atribuída a uma prática clientelista.

Para longe, das intermediações partidárias, as igrejas evangélicas atuam segundo um modelo de representação corporativa, lançando mão e apoiando candidatos escolhidos pelas lideranças religiosas para concorrer para os cargos eletivos. Bispos, pastores e obreiros disputam vagas majoritárias e de representação parlamentar. Tal prática é viável devido ao “cego apoio” de seus fiéis. Tal apoio seria usado essencialmente de duas formas: para barganhar com candidatos a cargos executivos, que, em troca, retribuiriam o apoio com benesses às igrejas; e para eleger “candidatos oficiais” das igrejas ao Poder Legislativo, que uma vez eleitos, promoveriam políticas paroquiais para sua clientela (LACERDA, 2017).

Nas disputas para o Legislativo, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e o Partido Social Cristão (PSC) se destacaram nas eleições de 2014 como sendo siglas com maior número de candidatos evangélicos. Os dois partidos aparecem muito associado a IURD e a Assembleia de Deus, respectivamente. Já o PSDB, aparece com pouco destaque entre as igrejas.

No que se refere às eleições presidenciais, para alguns autores, o segmento evangélico a partir de 2002 passa a mudar de preferência eleitoral, tanto no primeiro turno como no segundo turno. O PSDB passa ser preterido por sua maioria nas eleições presidenciais. Assim, já na eleição presidencial de 2002, Bohn (2004) ao analisar alguns determinantes do comportamento eleitoral dos evangélicos, revela que os evangélicos foram o único grupo cuja maioria votou no candidato Anthony Garotinho (PSB), também ele evangélico, não existindo diferença entre pentecostais e não-pentecostais. O PSDB foi deixado de lado como um partido depositário dos anseios das lideranças evangélicas.

“Em relação ao comportamento eleitoral, vimos que parte significativa do segmento evangélico – com exceção dos fiéis da Congregação Cristã no Brasil – optou pela candidatura de Anthony Garotinho no primeiro turno da eleição presidencial de 2002. Embora essa constatação em si só seja insuficiente para validar a tese de que a filiação religiosa evangélica tende fortemente a gerar lealdades políticas similares, a análise dos determinantes da escolha eleitoral e partidária revelou que a influência da igreja e das autoridades religiosas é desproporcionalmente maior no caso de eleitores evangélicos”(BOHN, 2004, p.335).

Outros autores também encontraram o mesmo resultado. Carreirão (2007), por exemplo, aponta para um certo ineditismo na eleição presidencial de 2002 perante a filiação religiosa. Assim, pela primeira vez nas eleições presidenciais brasileiras: *“voters’ religion was the most relevant variable for the voting decision for one of the candidates [Garotinho] with chances of reaching the second round”* (CARREIRÃO, 2007a, p.83).

No segundo turno da eleição presidencial de 2002, mais de 60% dos evangélicos votaram no candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e cerca de 30% votaram no candidato do PSDB, José Serra. De acordo com Bohn: “Esse comportamento contrasta bastante com o padrão de votação dos evangélicos nas eleições de 1989 e 1994, quando houve, entre eles rejeição da candidatura Lula” (BOHN, 2004). Vale salientar que Lula tinha como vice José de Alencar, que juntamente com o Bispo Marcelo Crivella, apresentava forte vínculo com a IURD e veio fundar o PRB. Assim, através de José de Alencar, Lula aproxima-se não apenas do empresariado brasileiro, mas também dos evangélicos.

Vimos acima (ver a citação) com Bohn (2004), que os eleitores evangélicos tem como principal fonte de informação política não os partidos, que são uma das instituições clássicas da democracia representativa, mas sim a igreja ou sua liderança religiosa, conseqüentemente veem os partidos como não representativo de suas aspirações e que por isso são poucos simpáticos a qualquer agremiação partidária, o que acaba prevalecendo neste segmento social uma baixa taxa de identificação partidária.

Contudo, em nossa democracia, os partidos políticos detêm o monopólio da representação política. Qualquer candidato para concorrer ou ser eleito precisa estar filiado a um partido. Assim, quando evangélicos optam por um partido, acabam optando por partidos indicados pelas lideranças evangélicas. E, diante das opções escolhidas, o PSDB possui baixíssimo percentual de escolha. Cerca de 20.2% se identificam com o PT, seguido do PMDB com 2.6% e o PSDB com 2.4% (BOHN, 2004).

No que se refere à eleição de 2006, registra-se novamente uma aproximação entre o segmento evangélico e o PT. No segundo turno, Lula (PT) obtém 53% dos votos dos

evangélicos e Alckmin (PSDB) obtém 23%. No entanto, esta tendência começa a se inverter na eleição para presidente em 2010 já no primeiro turno.

Peixoto e Rennó (2011), argumentam no sentido de ter existido grande chance de eleitores evangélicos não terem votado em Dilma já no primeiro turno das eleições de 2010. A opção deste eleitorado se voltou para a candidata Marina Silva do PV, uma candidatura claramente evangélica, uma vez que ela era oriunda da Assembleia de Deus.

Machado (2012), apresenta mais informações que reforçam as intuições de Peixoto e Rennó (2011). Para ela, o deslocamento do eleitorado para uma candidata evangélica foi ocasionado pelo lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em dezembro de 2009, que provocou uma cisão entre o petismo e os evangélicos mais tradicionais. Este novo programa envolvia temas controversos para as lideranças religiosas, tais como: a descriminalização do aborto, criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, transexuais, bissexuais e travestis. O fato é que, na medida em que o Estado passa a tratar o aborto como uma questão de saúde pública, o tema deixa de ser apropriado segundo marcos do pensamento religioso, o que não agrada os líderes religiosos.

“(...) Neste sentido, pode se afirmar que a apresentação do aborto como tema de saúde pública e a proposta de revisão da legislação existente com o intuito de garantir o acesso as mulheres aos serviços de saúde amplificou a tensão já existente entre os coletivos religiosos tradicionalistas e o governo, provocando uma grande polêmica na esfera pública poucos meses antes de ter início o período eleitoral”(MACHADO, 2012, p.29).

Esta tensão favoreceu a candidatura de Marina Silva (PV) no primeiro turno de 2010. Ligada a Assembleia de Deus e composições bastante conservadoras no que dizia respeito ao aborto e as relações homoafetivas, foi ela quem mais se beneficiou do racha entre o PT e as lideranças evangélicas tradicionais no primeiro turno.

No segundo turno, Machado (2012) cita uma pesquisa do IBOPE nos locais de votação e nos domicílios, revelando que entre os evangélicos a vitória da petista sobre Serra (PSDB) se deu por pouca diferença: 52% a 48% dos votos válidos. Ou seja, em 2010, já se começa a identificar um esgarçamento das relações entre PT e parte dos evangélicos. Todavia, o apoio de líderes como Edir Macedo, nome expressivo da IURD, demonstram mais uma vez um alinhamento com o PT.

Em 2014, expressiva parte do eleitorado evangélico mais uma vez apoiou a candidata Marina Silva, agora concorrendo pelo PSB, e, apenas a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) apoiou a reeleição da candidata Dilma Rousseff no primeiro turno. Já no segundo turno

das eleições, Silas Malafaia apoiou Aécio do PSDB, e Edir Macedo apoiou Dilma. Declarações de apoios de Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, e de Edir Macedo, da IURD, foram amplamente divulgadas na imprensa.

Em 2018, evangélicos fazem uma opção robusta em torno da candidatura de Jair Bolsonaro do PSL já no primeiro turno. Tal segmento fez a opção por uma candidatura que sinalizava com uma agenda de costume conservadora: contra a criminalização da homofobia, contra a união entre pessoas do mesmo sexo e contra o aborto.

Recentemente, um estudo de Alves (2018), mostra como o voto evangélico foi determinante na vitória de Bolsonaro (PSL). Grande parte da diferença de voto de Bolsonaro (PSL) e Haddad veio justamente do eleitor evangélico. Pelos cálculos do autor, o eleitor evangélico deu cerca de 11 milhões de votos a mais para Bolsonaro (PSL) do que Haddad (PT) neste segmento. Enquanto, Bolsonaro (PSL) recebeu 21.701.622 de votos válidos, Haddad (PT) recebeu 9.750.004.

Portanto, o que podemos constatar é que o crescimento do eleitorado evangélico mudou o perfil político brasileiro. A ofensiva da estratégia política, sobretudo, da Assembleia de Deus e da IURD influenciou o comportamento dos fiéis e os resultados das eleições. A candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) juntou Silas Malafaia e Edir Macedo em um só palanque.

4.4 Partidarismo e Identidade Partidária Negativa

O interesse em passar em revista esta literatura se justifica por que o presente trabalho aborda a influência dos sentimentos partidários sobre a escolha eleitoral como uma de suas variáveis mais influentes. Neste sentido, alguns autores têm apontado certa relevância não só das manifestações de preferência (ou identificação) partidária, mas também da rejeição aos partidos, na decisão do voto, principalmente sobre o antipetismo.

Conceitualmente, o partidarismo, ou identificação partidária positiva, envolve a ideia de uma afeição estável, que liga de forma duradoura e consistente as instituições partidárias e os eleitores, estabelecendo um padrão de referências que estrutura, influencia e acomoda o comportamento eleitoral. Este vínculo encorpado acaba por orientar os eleitores em assuntos de seu interesse (SPECK e BALBACHEVSKY, 2016).

Pelo fato de criar uma ligação duradoura, o partidarismo funciona como importante mecanismo de prenúncio das escolhas eleitorais e políticas enraizadas psicologicamente e sentimentalmente. Nesta perspectiva, grande parte da estabilidade do sistema partidário

decorreria, inevitavelmente, desta variável, na medida que ela determinaria a decisão do voto. Na sua ausência, o sistema partidário seria cambiante, caminharia sobre uma superfície eleitoral movediça. Orientações passageiras, tidas como conjunturais, na ótica do partidarismo positivo vinculante, passam a ter pouco peso em suas decisões, posto o vínculo estável entre eleitor e partido. Consequentemente, realinhamentos partidários derivados de conversões eleitorais de curto prazo não ocorreriam. Os realinhamentos viriam da entrada na arena eleitoral de novos eleitores e com novas identidades políticas (ALMOND e VERBA, 1965; ANDERSEN, 1979). Mesmo em tais casos, os realinhamentos se dariam de forma lenta e não abrupta, podendo ser captada, dada a sua baixa velocidade.

Em termos operacionais, o partidarismo procura mensurar o sentimento de proximidade dos eleitores para com um partido político, por meio de perguntas que buscam captar este sentimento, cujas primeiras formulações encontram-se nas pesquisas conduzidas pela escola de Michigan nos anos 1960 (CAMPBELL et al., 1960). A sua importância é tal, que grande parte da literatura internacional e nacional não abrem mão de procurar compreender as relações entre eleitores e partidos sem mobilizar o conceito de identificação partidária positiva ou partidarismo. O eleitor guiado pelo partidarismo é aquele cidadão que nutre uma afetividade positiva a um partido. É aquele que manifesta sua preferência eleitoral com base na identificação dos valores e orientações fornecidos pelo partido.

Enquanto sinalizador de enraizamento social dos partidos, o partidarismo, ao longo de nosso período democrático atual, possuiria baixas taxas de identificação partidária (KINZO, 2004). Em perspectiva comparada, o Brasil ocupa as últimas colocações, tanto com relação a América Latina (PEREIRA, 2012; RENNÓ, 2011) como em relação às demais democracias avançadas (BRAGA e PIMENTEL JR., 2011). Paiva, Krause e Lameirão (2016), tomando os dados amostrais das pesquisas do ESEB de 2002, 2006, 2010 e 2014, argumentam também no sentido de uma ausência de partidarismo no Brasil, pois salvo o ano de 2010, pelo menos a metade dos eleitores não se sente identificada com algum partido.

O PSDB não fugiria a resta regra. Isto significa, que o impacto de uma suposta identificação partidária para com o PSDB sobre seu desempenho eleitoral seria inócuo, dada a falta de uma base de eleitores claramente identificados. No entanto, cabe ressaltar, que no período democrático, o PT seria exceção à regra, uma vez que possui boas de identificação partidária positiva (CARREIRÃO e KINZO, 2004; VENTURI, 2010).

O PSDB é uma legenda recém-criada, o que pode influenciar na sua capacidade de enraizamento social. Além disso, seus fundadores pouco exploraram os seus vínculos com o antigo MDB, quando ocorreu a cisão com o PMDB, não se colocando como um dos herdeiros de um partido de oposição durante o regime militar, algo que o PMDB. Some-se a isto, a maneira abrupta com que foi implantado o sistema multipartidário brasileiro, bem como seu nascimento dentro do Parlamento, o que leva a ser tipificado como um partido de quadros.

O quadro abaixo mostra o grau de distanciamento entre o PSDB e o eleitorado, tomando por base uma questão que aparece nas pesquisas do ESEB de 2010, 2014 e 2018 que possui a seguinte formulação: “Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) sr(a) pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar. Zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido e Dez que o(a) sr(a) gosta muito. Quando eu falar o nome de um partido que o(a) sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece”.

Como indicador de partidarismo consideramos as notas 9 e 10 atribuídas pelos respondentes. Feito isto, somamos os respectivos percentuais.

Quadro 2 – Identificação partidária do PSDB

GOSTA DO PARTIDO PSDB (%): SOMA DAS NOTAS 8 a 10	
2010	9,3
2014	8,9
2018	4,7

Fonte: ESEB: 2010, 2014 e 2018.

O que podemos notar é que a identificação partidária para com o PSDB é que, além de ser baixa nos três períodos eleitorais analisados, vem caindo a cada ciclo eleitoral presidencial.

Carreirão e Kinzo (2004), mostram que na literatura internacional sobre identificação partidária há o diagnóstico de que a relevância dos partidos na decisão do voto está em declínio na maior parte das democracias contemporâneas. Ele aponta vários autores que seguem esta linha de argumentação (WATTENBERG, 1991, 1998; DALTON e WATTENBERG, 1993, 2001; CLARKE e STEWART, 1998).

Bohn e Paiva (2009) já alertavam que a verificação de uma tendência geral de declínio da volatilidade eleitoral, tanto na esfera nacional como na estadual, não era seguido de melhora dos graus de satisfação para com os partidos políticos nem de aumento da taxa de identificação

partidária. O descontentamento partidário ainda permanecia nos mesmos níveis. A democracia representativa, no qual os partidos políticos são instituições fundamentais, parecia estar diante de um grave problema de representação política, adiantavam.

Contra as interpretações que questionam a existência de partidarismo no Brasil, Samuels e Zucco (2014b) argumentam no sentido de que eleitores identificados com o PSDB são influenciados em suas opiniões sobre os diversos temas políticos pelos posicionamentos das lideranças deste partido. Nicolau (2007), fazendo uso de regressão logística para analisar as eleições de 2002, consegue identificar um impacto significativo do partidarismo entre eleitores que se identificavam com o PSDB. Se debruçando sobre três eleições presidenciais de 2002 a 2010, as pesquisadoras Braga e Pimentel Jr. (2011), consumam a favor da influência do partidarismo sobre a decisão do voto no PSDB, lançando mão da regressão logística, mas restringindo suas análises ao segundo turno das eleições. Nesta direção, o partidarismo aparece como uma variável importante para o prenúncio do voto. Mais do que isso, os dados desse estudo mostram que a Identificação Partidária teve um peso crescente na previsão do voto ao longo desse período.

Outros autores, seguem o mesmo diagnóstico. O sistema partidário brasileiro não carece de partidarismo, pois estudos revelam que existe uma associação entre sentimentos partidários e voto de parte significativa do eleitorado, seja usando regressão simples, como fazem alguns (SINGER, 2000; CARREIRÃO e KINZO, 2004), seja usando regressão logística, como fazem outros (CARREIRÃO e BARBETTA, 2004; CARREIRÃO, 2008).

Contudo, conforme, Ribeiro, Carreirão e Borba (2016), se os estudiosos atestam a importância do estudo sobre identificação partidária a fim de verificar a estabilidade do sistema partidário, por uma lado, faz-se necessário, de outro lado, o estudo do seu oposto, a rejeição partidária ou o sentimento negativo com relação a um partido.

Assim do ponto de vista da identificação partidária, o definhamento eleitoral de um partido poderia estar associado a identificação partidária negativa. Deste modo, um dos fatores determinantes que influenciariam na decisão do voto, seria a identidade partidária negativa, na medida em que contribui de maneira importante na estruturação da identidade política e no comportamento eleitoral.

Paiva, Krause e Lameirão (2016) observam que Rose e Mishler (1998) propõem uma classificação de tipos de partidarismos, possibilitando observar as suas várias tonalidades. São apresentados quatro tipos de partidarismo:

a) “o partidarismo negativo”, em que o eleitor afirma jamais votar em um determinado partido sem no entanto apresentar uma identidade partidária positiva; b) ‘o partidarismo fechado’, que manifesta uma polarização nós x eles, em que o eleitor apresenta simultaneamente uma identidade partidária positiva e negativa; c) ‘o partidarismo apático’, que situa um eleitor sem identidades positivas ou negativas; d) ‘o partidarismo aberto, que caracteriza um eleitor comprometido com uma visão positiva de partido político e que não se identifica com um partido em que nunca votaria” (PAIVA, KRAUSE e LAMEIRÃO, 2016).

No que diz respeito à identidade partidária negativa, ela é vista como associada a uma decisão forte, uma preferência política que é avessa a concessões. É um sentimento negativo radical. Frente a isto, podemos dizer que o eleitor que assume este sentimento nunca votará no partido que possui aversão, posto que a rejeição é radicalmente forte. A afetividade negativa é o oposto do sentimento positivo. Enquanto o segundo é imbuído de forte vínculo partidário, o segundo envolve forte repulsão ou antipatia. Para a literatura que trabalha com esta perspectiva, há uma relação direta entre a afetividade / negativa ou positiva e capacidade, ou as chances, de ganhar eleições.

No que diz respeito ao antipartidarismo, as autoras, Paiva, Krause e Lameirão (2016) também chamam atenção para o fato de que, ao estudar o antipetismo, Samuels e Zucco (2015) distinguem “entre os eleitores antipartidários e os antipartidários puros. Estes últimos contemplam os eleitores que rejeitam igualmente todos os partidos (conceito *standart* de antipartidarismo), enquanto aqueles contemplam eleitores que possuem, para além de um sentimento negativo com relação à um ou mais partidos, alguma preferência partidária. Tal distinção viabiliza a construção e diferenciação analítica do antipetismo em duas dimensões: os antipetistas que possuem alguma preferência partidária e os antipartidários. E, “Por outro lado, e para complementar a distinção proposta, formulam uma distinção subjacente que ajuda a identificar os ‘antipetistas não puros’ (expressão nossa), que possuem preferências partidárias específicas e indicam rejeição absoluta (em quem nunca votariam), e os ‘antipetistas puros’, que são aqueles pertencentes ao grupo dos ‘antipartidários puros’ (PAIVA, KRAUSE e LAMEIRÃO, 2016, p.644).

A literatura que trata do antipeessedebismo ainda é muito escassa. Quando a identificação partidária negativa é analisada no Brasil, ela se refere muito mais ao antipetismo e seus impactos eleitorais sobre o PSDB.

Deste modo, Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) ao analisarem o contexto político do país em 2014 mostram como o PSDB foi favorecido, ao mesmo tempo, pelo definhamento dos sentimentos positivos e pelo aumento dos sentimentos negativos para com o PT. Uma melhora nos sentimentos positivos com relação ao PSDB teria pouca influência eleitoral. Se em 2010, cerca de 28% diziam gostar do PT, em 2014 essa taxa cai para 18%. Assim, na base da votação do PSDB estaria um comportamento eleitoral de rejeição, ou sentimentos negativos em relação ao PT. Nas palavras dos autores:

“Quando incluímos os sentimentos partidários nos modelos de decisão do voto, verificamos que eles são fortes preditores do comportamento eleitoral. O antipetismo se mostrou um forte preditor: as chances de voto em Aécio são maiores do que as chances de voto em Dilma em qualquer dos subgrupos de eleitores antipetistas, sobretudo entre aqueles que avaliam positivamente o PSDB. Quanto a Marina, é apenas entre os eleitores que avaliam mal simultaneamente o PT e o PSDB que aumentam suas chances de voto, o que está em acordo com a hipótese de que a candidata é uma opção preferencial dos eleitores que rejeitam a polarização PT-PSDB na política nacional. Utilizando a ‘escala’ de sete pontos, considerando os sentimentos favoráveis e contrários ao PT e ao PSDB simultaneamente, constatamos também uma forte influência dos sentimentos partidários sobre a decisão de voto na eleição presidencial de 2014: à medida que passamos do extremo mais favorável ao PT para o mais favorável ao PSDB, crescem significativamente as chances de voto em Aécio, comparativamente ao voto em Dilma, mesmo controlando por variáveis sociodemográficas e grau de interesse pela política” (RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2016, p.630)

Paiva, Krause e Lameirão (2016), também argumentam no sentido de uma relação negativa entre sentimentos negativos com relação ao PT e ganhos eleitorais para o PSDB. De acordo com estes autores, o conceito antipetista diz respeito, não só àqueles eleitores que “não gostam de jeito nenhum e exclusivamente do PT”, mas também àqueles eleitores que nutrem um sentimento positivo (possui alguma ou alta simpatia) em relação ao PSDB e, além disso, tem preferência partidária por este partido. Nas suas palavras:

“Tratando-se especificamente do antipetista, pode-se resumir o seu perfil como sendo um eleitor predominantemente de cor branca, de maior escolaridade, maior renda familiar mensal e de estratos sociais mais elevados. É um eleitor que tem preferência partidária pelo PSDB e, inclusive, possui uma aproximação ideológica com esse partido, pois se autolocaliza na escala ideológica na posição de centro-direita a direita e identifica essa legenda como estando na mesma posição ideológica. Além disso, ele faz uma avaliação negativa do governo Dilma Rousseff (PT) e da economia do país. Cabe ressaltar, por fim, que o antipetismo é um fenômeno localizado predominantemente no Sudeste, principalmente, no estado de São Paulo” (PAIVA, KRAUSE e LAMEIRÃO, 2016, p.665).

A citação acima de Paiva, Krause e Lameirão (2016), faz com que o presente trabalho incorpore a verificação empírica de que o aumento do antipetismo beneficiou realmente o PSDB na eleição presidencial de 2018. Mais adiante veremos que possuir rejeição ao PT não implica, eleitoralmente, fortalecimento do PSDB.

4.5 Autolocalização Ideológica e Decisão do Voto

A questão que nos leva a revisitar esta literatura diz respeito à noção de que as ideologias políticas ou a autoidentificação ideológica têm peso nas escolhas eleitorais e, portanto, no funcionamento do sistema partidário, uma vez que elas estabelecem fronteiras entre os partidos. A variável autolocalização ideológica é construída a partir da pergunta que se faz ao eleitor sobre sua ideologia. Ou melhor, não se estabelece critérios objetivos por meio de certos atributos que definem as diversas ideologias para depois adequar o eleitor segundo estes parâmetros. É o próprio respondente que se autolocaliza no eixo ideológico que vai, geralmente, da esquerda para direita, passando por diversas tonalidades entre essas duas pontas do eixo.

Lavareda (1999), argumenta no sentido de que o eleitor consegue determinar uma relação nítida entre políticos e ideologias. Singer (2002) e Carreirão (2002) concluem ser as ideologias importantes fatores preditivos da escolha do voto e preferência partidária. Na ótica de Singer, as categorias esquerda e direita são relevantes para explicação do comportamento político do eleitorado como um todo, enquanto Carreirão, em seus estudos empíricos, encontra sinais indicativos de que estas categorias possuem afetam as escolhas políticas apenas para a parcela mais escolarizada. Entender o que vem a ser esquerda e direita requer um certo nível de cognição que os menos escolarizados não possuem.

Além disso, os partidos políticos são historicamente os mecanismos mais importantes de publicização ideológica numa democracia representativa que adota os partidos como entes intermediários entre eleitores e representação partidária no governo. A ideologia, segundo esta perspectiva, não é vista aqui como mero *shortcut*, tal como visto na teoria do voto econômico, mas sim como perspectiva de construção de uma nova realidade social em suas várias dimensões. Devido a este caráter aponta-se sua capacidade de influenciar as opiniões e comportamentos dos cidadãos aptos a votar (DURVEGER, 1970).

No plano nacional, a polarização ideológica entre PT e PSDB perdurou durante vinte anos (1994-2014) quando tomamos por referência às disputas para a Presidência da República. De acordo com Singer (2000), a polarização ideológica brasileira ocorre tendo o PT como o ponto de referência ideológico, sendo os demais posicionamentos políticos, ou de alinhamento

ao PT ou de oposição a ele. Com isso, teríamos uma situação, desde o final da década de 80, configurada como petistas e antipetistas.

Muitas vezes o PSDB foi percebido como o avesso ideológico do PT. Um partido, que nasce enamorado da social-democracia, mas que ao longo das disputas presidenciais com o PT acaba tendo um discurso ideológico identificado com a centro-direita. Contudo, mesmo a partir das vitórias petistas nos pleitos presidenciais entre 2002 e 2014, o PSDB não se posicionou como um partido que defendia radicalmente a privatização de empresas estatais e o livre mercado em todas as dimensões. Nem tenha incorporado de maneira clara temas de uma direita conservadora, tais como, casamento *gay*, liberalização das drogas, aborto adoção de crianças por parte de pessoas do mesmo sexo. Nos parece que a nova direita incorpora temas para além, do papel do Estado na economia e incorpora em sua agenda temas da moral e dos costumes.

5 O DESEMPENHO DO PSDB NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018: UMA ANÁLISE MULTINOMIAL

Antes de operacionalizar a análise apresentada no título do presente capítulo explicitamos o desenho de pesquisa que norteia a nossa pesquisa, onde apresentaremos a pergunta de pesquisa, a hipótese, os dados, as variáveis dependentes e independentes e o modelo.

5.1 Desenho de Pesquisa

O objetivo deste trabalho gira em torno da seguinte questão: por que, apesar de seu forte desempenho eleitoral ao longo de 20 anos, o PSDB obteve tão ruins na eleição presidencial de 2018? Ou melhor, por que a maior legenda de centro-direita obteve um baixo desempenho eleitoral, abalando com isso a estabilidade do sistema partidário brasileiro até então vigente no nível nacional?

5.1.1 Hipóteses

Tomando por base a teoria aqui tratada, o contexto político delimitado e o baixo desempenho eleitoral do PSDB na eleição presidencial de 2018, formulamos as seguintes hipóteses:

- a. Hipótese 1: O fato de o eleitor ser evangélico aumenta a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018;
- b. Hipótese 2: O fato de o eleitor ser evangélico diminui a chance de votar em Haddad (PT) em vez de Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018;
- c. Hipótese 3: Ser antipetista aumenta a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de votar em Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018;
- d. Hipótese 4: Ser antipetista diminui a chance de votar em Haddad (PT) em vez de votar em Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018;
- e. Hipótese 5: Ser antipeessedebista aumenta a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018;

- f. Hipótese 6: Ser antipeessedebista aumenta a chance de votar em Haddad (PT) em vez de Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018;
- g. Hipótese 7: Ser de direita aumenta a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018;
- h. Hipótese 8: Ser de direita diminui a chance de votar em Haddad (PT) em vez de Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018.
- i. Hipótese 9: A percepção de que a economia melhorou diminui a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018;
- j. Hipótese 10: A percepção de que a economia melhorou diminui a chance de votar em Haddad (PT) em vez de Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018;
- k. Hipótese 11: Ter votado em Aécio Neves (PSDB) no primeiro turno da eleição presidencial de 2014 diminui a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de Alckmin (PSDB) no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018;
- l. Hipótese 12: Ter votado em Aécio Neves (PSDB) no primeiro turno da eleição presidencial de 2014 diminui a chance de votar em Haddad (PT) em vez de Alckmin (PSDB).

As hipóteses 1 e 2 tratam do voto evangélico. Esperamos que o respondente evangélico apresente maior probabilidade para votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB) e uma menor probabilidade para votar em Haddad (PT) do que em Alckmin (PSDB). Assim, esperamos que se apresente uma transitividade na escolha eleitoral, um “deslocamento” do eleitorado evangélico ao longo do eixo ideológico partidário, que se expressaria da seguinte maneira: o eleitor evangélico prefere Alckmin (PSDB) a Haddad (PT) e prefere Bolsonaro (PSL) a Alckmin (PSDB). Logo, o eleitor evangélico prefere Bolsonaro (PSL) a Haddad (PT).

As hipóteses 3 e 4, juntamente com as 5 e 6 tratam da afetividade partidária negativa. Espera-se que esta afetividade se reflita na escolha eleitoral. As hipóteses 3 e 4 tratam do antipetismo. Neste caso, esperamos que um sentimento caracterizado como antipetista aumente a probabilidade de votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB). Caso se confirme a hipótese, poderíamos concluir que houve um “deslocamento” do eleitorado antipetista, que se moveu da centro-direita para a direita. Obviamente, esperamos que o eleitor antipetista prefira votar em Alckmin (PSDB) do que em Haddad. Caso se confirmem estas duas hipóteses, teríamos uma transitividade eleitoral. O eleitor antipetista prefere Alckmin (PSDB) a Haddad

(PT) e prefere Bolsonaro (PSL) a Alckmin (PSDB). Logo, pela transitividade, o eleitor antipeessedebista prefere Bolsonaro (PSL) a Haddad (PT).

Já, as hipóteses 5 e 6 tratam da rejeição ao PSDB. Esperamos, que dada a rivalidade, criada ao longo de vinte anos de disputa pelo Executivo nacional (1994-2014), que o eleitorado antipeessedebista prefira votar em Haddad (PT) do que em Alckmin (PSDB); e esperamos que o eleitor antipeessedebista prefira votar em Bolsonaro (PSL) do que em Haddad (PT). Neste caso, a confirmação destas hipóteses levaria a conclusão de que a rejeição ao PSDB decorreria da incapacidade de canalizar a insatisfação do eleitorado de centro-direita e de direita.

As hipóteses 7 e 8 dizem respeito a autolocalização do eleitor e sua influência no voto. Esperamos que eleitores de direita tenham uma probabilidade menor de votar em Haddad (PT) do que em Alckmin (PSDB) e uma maior probabilidade de votar em Bolsonaro (PSL).

As hipóteses 9 e 10 procuram avaliar o impacto da avaliação da economia nos 12 meses que antecederam as eleições. Esperamos que a percepção da melhora da economia diminua a probabilidade de votação em Bolsonaro (PSL) frente a Alckmin (PSDB). Esperamos também que uma piora da economia e reduza as chances de votação em Haddad (PT) frente a Alckmin (PSDB).

As hipóteses 11 e 12 procuram identificar o impacto de quem votou no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 em Aécio Neves (PSDB) sobre a votação em Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018. Esperamos que ter votado em Aécio (PSDB) em 2014 diminua a probabilidade de votar em Bolsonaro (PSL) ao invés de votar em Alckmin (PSDB) em 2018 e que, seguindo a mesma lógica, diminua a probabilidade de votar em Haddad (PT) invés de votar em Alckmin (PSDB).

As relações, entre as variáveis, estão apresentadas no quadro abaixo, o sinal (+) significa que esperamos uma relação positiva (ou diretamente proporcional) entre a variável dependente (vd) e as variáveis independentes (vi); o sinal (-) significa que esperamos relação negativa (ou inversamente proporcional):

Quadro 3 – Resultados esperados, conforme as hipóteses

Vi	Hip: aumenta (+) ou diminui (-) a chance de votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB)	Hip: aumenta (+) ou diminui (-) a chance de votar em Haddad (PT) do que em Alckmin (PSDB)
Ser evangélico	(+)	(-)
Rejeição ao PT	(+)	(-)
Rejeição ao PSDB	(+)	(+)
Ser de direita	(+)	(-)
Melhora da economia	(-)	(-)
Ter votado no PSDB (Aécio Neves) em 2014	(-)	(-)

Fonte: O autor, 2020.

5.2 Dados do ESEB

Realizada entre 10 e 24 de novembro de 2018, o *survey* pós-eleitoral que compõe o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) utilizou-se de uma amostra probabilística sem substituição que abrangeu todas as regiões do país, num total de 2.506 entrevistas.

5.3 Modelagem

Uma vez tendo elaborado as hipóteses a serem testadas e obtidos os dados, entramos na fase de modelagem. O objetivo da modelagem é capturar a essência de um conjunto de dados. Para tanto, nossa análise será feita por meio da regressão, um mecanismo que possibilita a união entre teoria, dados observados e métodos estatísticos.

5.3.1 Especificando o modelo de regressão *logit multinomial* com variáveis explicativas de forma algébrica

O modelo de regressão múltipla pode ser usado para estudar a relação entre mais de duas variáveis. Este modelo parte da premissa que a variável y pode ser afetado por muitas variáveis x e, mediante a isto, estamos interessados em explicar as variações em y em termos das variações dos fatores que as afetam.

Quando relacionadas as variáveis têm vários nomes diferentes, os quais são intercambiáveis. Vejamos esta terminologia, de forma resumida, no quadro 4:

Quadro 4 – Terminologia para regressão

y	x
Variável Dependente	Variável Independente
Variável Explicada	Variável Explicativa
Variável Resposta	Variável Preditiva
Variável Prevista	Variável Previsora
Regressando	Regressor

Fonte: Wooldridge, 2011

O modelo de regressão com k variáveis pode ser formalmente escrito da seguinte maneira:

$$y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \beta_3 x_3 + \beta_4 x_4 + \dots + \beta_k x_k, \quad (1)$$

onde y é a variável dependente, β_0 é o intercepto, β_1 é o parâmetro associado a x_1 , β_2 é o parâmetro associado a x_2 , e assim por diante. Como há k variáveis independentes e um intercepto, a equação (1) contém $K + 1$ parâmetros (desconhecidos) populacionais. Vemos assim, que a regressão envolve um regressando e vários regressores.

Para fins de nosso trabalho, lançaremos mão de um tipo de modelo de regressão múltipla: *logit multinomial*, onde a variável dependente pode assumir mais de duas respostas e cada variável independente será uma *dummy*.

Para operacionalizar tal modelo, utilizaremos dois modelos binomiais, onde a variável dependente, de cada modelo, é uma *dummy*, que assume apenas dois valores.

$$\ln_1 \left(\frac{p}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1 a + \beta_2 b + \beta_3 c + \beta_4 d, \quad (2)$$

$$\ln_2 \left(\frac{p}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1 a + \beta_2 b + \beta_3 c + \beta_4 d, \quad (3)$$

5.3.2 Variável dependente

Neste trabalho a variável dependente toma forma de uma variável categórica, podendo assumir três valores: voto no Bolsonaro, voto no Haddad e voto Alckmin. Cabe assinalar que qualquer outro valor, tal como na Marina e demais candidatos, foi reclassificado como *missing value* (NA). Para conseguirmos verificar o efeito do voto no Bolsonaro sobre o voto no Alckmin, utilizamos como categoria base o voto no Alckmin.

Esta variável foi mensurada a partir do quantitativo de votos dados aos candidatos dos respectivos partidos, tendo sempre como referência a votação no candidato do PSDB. A pergunta que guiou esta coleta amostral foi a Q12P1_b do ESEB: Em quem O(A) SR(A) votou para presidente no primeiro turno? (ESTIMULADA – RU). 01 () Alvaro Dias; 02 () Cabo Daciolo; 03 () Ciro Gomes; 04 () Eymael; 05 () Fernando Haddad; 06 () Geraldo Alckmin; 07 () Guilherme Boulos; 08 () Henrique Meirelles; 09 () Jair Bolsonaro; 10 () João Amoedo; 12 () Marina Silva; 13 () Vera; 14 () João Goulart Filho; 50 – Anulou o voto (ESPONTÂNEA); 60 – Votou em branco (ESPONTÂNEA); 98- Não sabe/Não lembra (ESPONTÂNEA); 99- MISSING. Para saber em quem votou em Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB) e Jair Bolsonaro (PSL) nas eleições nacionais de 2018 em primeiro turno separamos os respondentes em quatro grandes grupos: os que votaram em Fernando Haddad (PT), os que votaram em Geraldo Alckmin (PSDB), os que votaram em Jair Bolsonaro (PSL) e os que não votaram em nenhum desses três. Com isso, transformamos estas informações em uma variável *multinomial*, onde atribuímos o valor 5 para quem votou em Haddad (PT), valor 6 para quem votou em Alckmin (PSDB), valor 9 para quem votou em Bolsonaro (PSL) e valor 0 se não votou em nenhum destes candidatos.

5.3.3 Variável independente

As variáveis independentes são detalhadas a seguir:

- 1) Evangélico: Variável binária, que assume um se o entrevistado pertence a religião evangélica e zero caso contrário.

Para a mensuração desta variável, foi utilizada a questão do ESEB D10 (CARTELA 12) Por favor me indique qual dessas é a sua religião. Caso não encontre na lista, você pode me falar diretamente qual religião é a sua. (RU). 01 () Budista; 2 () Candomblé; 3 () Católica; 4 () Espírita Kardecista, espiritualista; 5 ()

Evangélica; 6 () Judaica; 7 () Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová; 8 () Santo Daime; 9 () Seicho-No-Ie, Messiânica, Perfeita Liberdade; 10 () Ubanda; 95 () Outra; 96 () É ateu/agnóstico/Não acredita em Deus; 97 () Não tem religião; 98 () Não sabe (espontânea); 99 () Não respondeu (espontânea).

Para saber quem é ou não evangélico separamos os respondentes em dois grandes grupos: os que são evangélicos e os que não são evangélicos. Com isso, transformamos estas informações em uma variável binária, onde atribuímos o valor 1 se o eleitor é evangélico e 0 se não for.

- 2) Rejeição ao PT: variável binária, que assume um se o entrevistado rejeita o PT e zero, caso contrário.

Para a mensuração desta variável foi utilizada a questão do Eseb Q15 (CARTELA 3): Agora gostaria de saber com mais detalhes o que O(A) SR(A) pensa SOBRE alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto O(A) SR(A) gosta do partido que eu vou mencionar, sendo que zero significa que O(A) SR(A) NÃO gosta do partido de jeito nenhum e dez que O(A) SR(A) gosta muito. Quando eu falar o nome de um partido que O(A) SR(A) não conhece, apenas diga que não conhece. (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA) (LER PARTIDOS – RODIZIAR).

Para detectar o grau de rejeição ao PT, separamos os respondentes em dois grandes grupos: os que não rejeitam o PT (gosta do partido ou são indiferentes a ele) e os que rejeitam o PT. Com isso, transformamos estas informações em uma variável binária, onde atribuímos o valor 0 para quem não rejeita o PT e o valor 1 para quem rejeita o PT. O valor 1 é atribuído para aqueles que deram nota de 0 a 3.

- 3) Rejeição ao PSDB: variável binária, que assume um se o entrevistado rejeita o PSDB e zero, caso contrário.

Para mensuração da variável rejeição ao PSDB, usamos a mesma questão e o mesmo procedimento que usamos para avaliar o grau de rejeição do PT, tal como foi descrito logo acima.

- 4) Ideologia de direita: que assume um se o entrevistado se autolocaliza na direita do espectro ideológico e zero, caso contrário.

Para medirmos a localização ideológica utilizamos a questão Q.18 (CARTELA 4): Novamente pensando em esquerda e direita na política como o(a) sr(a) se considera? Lembrando que zero significa que o(a) sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) sr(a) é de direita. (ESTIMULADA – RU).

A partir da autolocalização do respondente, os entrevistados foram separados em dois grandes grupos. Com isso construímos uma variável binária. Na categoria “esquerda” estão aqueles que se localizaram entre 0 e 3. Na “direita”, aqueles que se localizaram entre 7 a 10.

Feito isto, operacionalizamos a variável *ideologia de direita* como variável explicativa, para fins de nosso trabalho.

5) Percepção que a economia melhorou: variável binária.

A avaliação retrospectiva da economia foi mensurada a partir da pergunta do Eseb Q11: O(A) Sr(a) considera que a situação econômica atual do país está muito melhor, um pouco melhor, está igual, um pouco pior ou muito pior que nos últimos doze meses? As respostas foram agrupadas em duas categorias. As respostas “muito melhor” e “pouco melhor” foram agrupadas em uma categoria só: melhorou, identificada como 1; caso contrário, qualquer outra resposta foi identificada como 0.

Separamos os respondentes em dois grandes grupos, construindo, assim, uma variável binária que assume o valor 1, se o entrevistado diz que a economia melhorou, e 0 caso contrário.

6) PSDB: variável binária, que assume o valor 1 se o respondente votou nas eleições presidenciais de primeiro turno de 2014 no PSDB (Aécio Neves) e o valor zero, caso contrário.

Para a verificação deste item foi utilizada uma questão do questionário do Eseb – Q13b: Em quem O(A) SR(A) votou para PRESIDENTE no primeiro turno da eleição de 2014? (ESTIMULADA – RU) 01 () Aécio Neves; 02 () Dilma; 03 () Eymael; 04 () Eduardo Jorge; 05 () Levy Fidelix; 06 () Luciana Genro; 07 () Marina Silva; 08 () Mauro Iasi; 09 () Pastor Everaldo; 10 () Rui Costa Pimenta; 11 () Zé Maria; 50 – Anulou o voto (ESPONTÂNEA); 60 – Votou em branco (ESPONTÂNEA); 98- Não sabe/Não lembra (ESPONTÂNEA); 99- MISSING.

Para saber em quem votou no PSDB (Aécio Neves) ou não nas eleições nacionais de 2014 em primeiro turno separamos os respondentes em dois grandes grupos: os que votaram no PSDB (Aécio Neves) e os que não votaram no PSDB (Aécio Neves) em 2014. Com isso, transformamos estas informações em uma variável binária, onde atribuímos o valor 0 se não votou no PSDB (Aécio Neves) e o valor 1 se votou no PSDB (Aécio Neves).

5.3.4. Operacionalizando o modelo algébrico de regressão *logit multinomial* para as eleições de 2018

Determinado a variável dependente e as variáveis independentes, nosso modelo de regressão logit multinomial fica determinado algebricamente por duas equações binomias, uma para Bolsonaro (PSL) e outra para Haddad (PT), seguintes equações:

$$\ln_{\text{Bol}} \left(\frac{P}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{economia}) + \beta_5(\text{votou no Aécio em 2014}), \quad (4)$$

onde o subscrito Bol significa Bolsonaro (PSL), a variável $\ln_{\text{Bol}} \left(\frac{P}{1-p} \right)$ é a nossa variável dependente, e os atributos: evangélico, rejeição ao PT, rejeição ao PSDB, ideologia de direita, percepção da economia e votou no Aécio no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014, são as variáveis independentes ou explicativas.

$$\ln_{\text{Hadd}} \left(\frac{P}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{economia}) + \beta_5(\text{votou no Aécio em 2014}), \quad (5)$$

onde o subscrito Hadd significa Haddad (PT), onde o subscrito Bol significa Bolsonaro (PSL), a variável $\ln_{\text{Hadd}} \left(\frac{P}{1-p} \right)$ é a nossa variável dependente, e os atributos: evangélico, rejeição ao PT, rejeição ao PSDB, ideologia, percepção da economia e votou no Aécio no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014, são as variáveis independentes ou explicativas. Os β s da equação são os “parâmetros” estimados com base no *survey* do ESEB.

Analisaremos nosso modelo em duas etapas. A primeira etapa leva em consideração o valor do p-valor, como teste de significância, e as seguintes hipóteses de testes: a hipótese nula (H_0) e a hipótese alternativa (H_a).

Nesta etapa estabelecemos $H_0: \beta = 0$ e $H_a: \beta \neq 0$. Se o coeficiente β for igual a zero, a variável independente não contribui para explicar a variável dependente, isto é, a diferença entre Bolsonaro (PSL), Haddad (PT) e Alckmin (PSDB). Se o coeficiente β for diferente de zero, analisaremos a sua significância por meio do p-valor α igual 0,1. Se o p-valor $\leq \alpha$, rejeitamos H_0 ; se o p-valor $> \alpha$, não rejeitamos H_0 . Em outras palavras, se H_0 é rejeitada em favor de um nível abaixo de 10% (0,1), em geral dizemos que a variável é estatisticamente significativa, ou

estatisticamente diferente de zero, no nível de 10% (0,1). Se H_0 não é rejeitada, dizemos que a variável, é estatisticamente não significativa no nível de 10% (0,1).

Como p-valor é uma probabilidade, seu valor está sempre entre zero e um. O p-valor resume, com precisão, a força e a fraqueza da evidência empírica contra a hipótese nula (H_0). Isso significa que p-valores pequenos são evidências contra a hipótese nula; p-valores grandes fornecem pouca evidência contra a hipótese nula (H_0).

Na segunda etapa vamos operacionalizar o conceito de razão de chance (*odds ratio*), com o intuito de interpretar os resultados da regressão *multinomial*.

A razão de chance é derivada da probabilidade. A probabilidade é uma taxa que varia entre zero e um. Para exemplificar, digamos que 7 em cada 10 candidatos com renda familiar superior a dois salários mínimos consigam aprovação numa universidade pública, enquanto 3 em cada 10 candidatos com renda igual ou abaixo de 2 salários mínimos consigam o mesmo resultado. As probabilidades de entrar numa universidade pública são:

$$p = 7/10 = 0,7$$

$$q = 1 - 0,7 = 0,3$$

Se o candidato tiver uma renda familiar acima de 2 salários-mínimo, a probabilidade de ser aprovado é de 0,7 e a probabilidade de não ser aprovado é de 0,3.

Vejamos as probabilidades para candidatos com renda familiar igual ou abaixo de 2 salários mínimos:

$$p = 3/10 = 0,3$$

$$q = 7/10 = 0,7$$

Pelos resultados acima, observamos que, candidatos que possuem renda igual ou menor que 2 salários mínimos, ocorre exatamente o oposto. A probabilidade de aprovação é de 0,3 e de não-aprovação é de 0,7.

Após encontrarmos estes valores, podemos calcular as chances (*odds*) de aprovação dos dois grupos de candidatos. A chance de aprovação (sucesso) é uma razão entre a probabilidade de aprovação (sucesso) e a probabilidade de não-aprovação (fracasso).

$$\text{Odds (candidatos com renda superior a 2 salários mínimos)} = 0,7/0,3 = 2,33333$$

$$\text{Odds (candidatos com renda igual ou menor que 2 salários mínimos)} = 0,3/0,7 = 0,42857$$

E a partir daí calculamos a razão de chance de aprovação dos candidatos, que é a chance de sucesso de um grupo sobre a chance de sucesso de outro. Assim, temos:

$$\text{Razão de chance} = \text{OR} = 2,33333/0,42857 = 5,44$$

Este resultado tão somente significa que as chances de um candidato com renda superior a 2 salários mínimos ser aprovado são de 5,44 vezes maiores que as chances de um candidato com renda igual ou inferior a 2 salários mínimos de ser aprovado. Ou seja, as chances de sucesso são de 5,44 a 1. Em termos percentuais dizemos que candidatos com renda superior a 2 salários mínimos possuem 54,4% mais chances de aprovação numa universidade pública.

Quando o valor é maior que um, interpretamos a razão de chance como “x” tem mais chance do que a base de referência, que, no caso de nosso trabalho, é Alckmin (PSDB). Quando é menor do que um, interpretamos a razão de chance como “x” tem menos chance do que a base de referência. Lembrando, que transformaremos a razão de chance em termos percentuais.

Aqui, para fins de cálculo da razão de chance, utilizamos um programa de computador denominado. Este programa, por meio do pacote stargazer, calcula os p-valores rotineiramente a cada razão de chance. (Hlavac e Marek, 2018). Os resultados deste cálculo serão vistos mais a frente na Tabela 1.

Nosso trabalho irá testar seis modelos de regressão *logit multinomial* com 12 resultados. Apresentamos abaixo a equação dos sete modelos:

$$\ln\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}), \quad (6)$$

$$\ln\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}), \quad (7)$$

$$\ln\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}), \quad (8)$$

$$\ln\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_esquerda}), \quad (9)$$

$$\ln\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_esquerda}) + \beta_5(\text{melh_economia}), \quad (10)$$

$$\ln\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_esquerda}) + \beta_5(\text{melh_economia}) + \beta_5(\text{votou no Aécio em 2014}), \quad (11)$$

Uma vez que uma regressão *logit multinomial* é composta por regressões binomiais, isto é, regressões que possuem variáveis dependentes na forma de uma *dummy*, cada regressão *logit multinomial* possui doze resultados. Vejamos as Regressões binomiais do modelo *multinomial*

a) Modelo 1 *logit multinomial* (resultados regressões binomiais R1 e R2)

$$\ln_{\text{Bol}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) \quad (\text{R1})$$

$$\ln_{\text{Hadd}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) \quad (\text{R2})$$

Modelo 2 *logit multinomial* (resultados de regressões binomiais R3 e R4)

$$\ln_{\text{Bol}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) \quad (\text{R3})$$

$$\ln_{\text{Hadd}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) \quad (\text{R4})$$

Modelo 3 *logit multinomial* (resultados de regressões binomiais R5 e R6)

$$\ln_{\text{Bol}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) \quad (\text{R5})$$

$$\ln_{\text{Hadd}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) \quad (\text{R6})$$

Modelo 4 *logit multinomial* (resultados de regressões binomiais R7 e R8)

$$\ln_{\text{Bol}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) \quad (\text{R7})$$

$$\ln_{\text{Hadd}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) \quad (\text{R8})$$

Modelo 5 *logit multinomial* (resultados de regressões binomiais R9 e R10)

$$\ln_{\text{Bol}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melh_economia}) \quad (\text{R9})$$

$$\ln_{\text{Hadd}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melh_economia}) \quad (\text{R10})$$

Modelo 6 *logit multinomial* (resultados de regressões binomiais R11 e R12)

$$\ln_{\text{Bol}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melh_economia}) + \beta_5(\text{votou no Aécio em 2014}) \quad (\text{R11})$$

$$\ln_{\text{Hadd}}\left(\frac{P}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangélico}) + \beta_2(\text{rejeição ao PT}) + \beta_3(\text{rejeição ao PSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melh_economia}) + \beta_6(\text{votou no Aécio em 2014}) \quad (\text{R12})$$

5.4 Análise dos resultados

A Tabela 1 mostra os p-valores e as razões de chance dos modelos e seus respectivos resultados, bem como, o melhor modelo estimado.

Na última linha da tabela 5 estão registrados as significâncias estatísticas por meio da letra p, que faz referência ao p-valor, última linha da tabela 5. O p-valor com um único asteriscos sobrescrito em p significa que a variável é significativa para o modelo em 10% (0,1), dois asteriscos em 5% (0,05) e três asteriscos em 1% (0,01).

As razões de chance são os valores expressos nas linhas da tabela 1. Já a linha de nomenclatura Akaike Inf. Crit. mostra alguns valores que podem ser entendidos como uma escala que indica qual o melhor modelo. O menor valor, neste caso, indica o melhor modelo.

Tabela 1 - Razão de chances do modelo *multinomial*

(Y) variável dependente multinomial: vota em Alckmin, em Haddad, em Bolsonaro, onde a categoria de referência é Voto em Alckmin						
	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Bolsonaro (R1)	Fernando Haddad (R2)	Bolsonaro (R3)	Fernando Haddad (R4)	Bolsonaro (R5)	Fernando Haddad (R6)
Evangélico	1.772*** (0.321)	0.832** (0.328)	1.785*** (0.322)	0.819** (0.334)	1.815*** (0.322)	0.875*** (0.335)
Rejeição PT			2.491*** (0.291)	0.113 (0.308)	2.212*** (0.303)	0.079 (0.326)
Rejeição PSDB					1.555*** (0.335)	3.187*** (0.351)
Constant	13.342*** (0.168)	11.158*** (0.169)	7.271*** (0.239)	22.192*** (0.232)	6.738*** (0.244)	16.948*** (0.239)
Akaike Inf. Crit.	2,286.554	2,286.554	1,717.613	1,717.613	1,696.539	1,696.539
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01					

Razão de chances (continuação)

Variável dependente:						
	Modelo 4		Modelo 5		Modelo 6	
	Bolsonaro (R7)	Fernando Haddad (R8)	Bolsonaro (R9)	Fernando Haddad (R10)	Bolsonaro (R11)	Fernando Haddad (R12)
Evangélico	1.637*** (0.342)	0.807** (0.357)	1.644*** (0.342)	0.782** (0.358)	1.605*** (0.344)	0.725** (0.361)
Rejeição PT	2.221*** (0.329)	0.078 (0.357)	2.284*** (0.330)	0.078** (0.358)	2.394*** (0.341)	0.099 (0.369)
Rejeição PSDB	1.737*** (0.373)	3.656*** (0.391)	1.738*** (0.373)	3.725*** (0.392)	1.702*** (0.375)	3.350*** (0.394)
Ideologia_direita	1.530*** (0.324)	0.710*** (0.333)	1.492*** (0.325)	0.698** (0.334)	1.520*** (0.327)	0.749** (0.337)
Melhor_eco1			1.472*** (0.455)	0.695 (0.477)	1.517*** (0.458)	0.759 (0.483)
PSDB					0.788** (0.382)	0.147 (0.492)
Constant	5.002*** (0.329)	19.398*** (0.324)	4.638*** (0.336)	20.152*** (0.331)	4.763*** (0.337)	22.534*** (0.334)
Akaike Inf. Crit.	1,385.790	1,385.790	1,361.222	1,361.222	1,335.177	1,335.177
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01					

Fonte: O autor, 2020.

No modelo 1, da Tabela 1, vemos que, por meio de p (p-valor), que a variável evangélico é significativa¹⁰. Com isso, rejeitamos H_0 . Ou seja, ela contribui para explicar a diferença entre Bolsonaro (PSL) e Alckmin (PSDB); e a diferença entre Haddad (PT) e Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018.

Para avaliarmos a razão de chance, notamos, em primeiro lugar, que o valor é maior que um. Logo, há um aumento da razão de chance, caso contrário haveria uma diminuição. Em segundo lugar, transformamos a razão de chance em termos percentuais. Para tanto, tomamos a razão de chance (*odds*) do primeiro resultado (R1) do modelo 1 e fazemos o seguinte cálculo $(1 - odds) * 100$.

Assim, encontramos: $(1,772 - 1) * 100^{11} = 77,2\%$. Este resultado pode ser interpretado da seguinte maneira: ser evangélico aumenta em 77,2% a chance de votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB). Aqui a hipótese 1 – ser evangélico aumenta a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de Alckmin (PSDB) na eleição presidencial de 2018 – é confirmada.

No que se refere a Haddad (PT), vemos que o coeficiente é menor do que um, e ele é significativo. Isto significa que ser evangélico diminui em 16,8% a chance de votar em Haddad (PT) do que em Alckmin (PSDB). A hipótese 2 – Ser evangélico diminui a chance de votar em Haddad (PT) em vez de Alckmin (PSDB) na eleição presidencial de 2018 – se confirma.

No que diz respeito à variável *rejeição ao PT*, o modelo 2 mostra que ela é significativa em R3. Assim, ser antipetista aumenta em 149,1% a chance de votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB). Contudo, ser antipetista não é significativa em R4: ser antipetista não aumenta ou diminui a chance de votar em Haddad (PT) do que em Alckmin (PSDB).

Acima vemos que, enquanto a hipótese 3 – Ser antipetista aumenta a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de votar em Alckmin (PSDB) na eleição presidencial de 2018 – se confirma e, a hipótese 4, – Ser antipetista diminui a chance de votar em Haddad (PT) em vez de votar em Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018 –, não se confirma, pois o p-valor não é estatisticamente significativo.

O modelo 3 revela que a variável *rejeição ao PSDB* é significativa. O fato de ser antipeessedebista aumenta em 55,5% a chance de votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB), resultado (R5) da Tabela 1, e aumenta em 218,7% a chance de votar em Haddad (PT) do que em Alckmin (PSDB), resultado (R6) da Tabela 1.

¹⁰ O asterisco sobrescrito revela que a variável é significativa.

¹¹ O sinal de negativo é irrelevante. O que é relevante é saber se o valor da razão de chance é maior que 1 ou menor que 1.

Aqui tanto a hipótese 5 – Ser antipeessedebista aumenta a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de Alckmin (PSDB) na eleição presidencial de 2018 –, como a hipótese 6 – Ser antipeessedebista aumenta a chance de votar em Haddad (PT) em vez de Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018 – se confirmam.

A variável *ideologia de direita* é significativa em R7. Ou seja, o eleitor de direita tem 53% de chance a mais de votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB). É significativa também em R8. O eleitor de direita tem 29% de chance a menos de votar em Haddad (PT) do que em Alckmin (PSDB). As hipóteses 7 e 8 se confirmam.

Para o modelo 5, a variável *melhora na economia* é significativa para um dos seus resultados: R9. Aqui, a percepção de melhora na economia aumenta em 47,2% a chance de votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB). Para R10, ela não é estatisticamente significativa. Não há transferência de voto entre Haddad (PT) e Alckmin (PSDB).

Sendo assim, a hipótese 9 – A percepção que a economia melhorou diminui a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais de 2018 – não se confirma. E a hipótese 10 – A percepção de que a economia melhorou diminui a chance de votar em Haddad (PT) em vez de Alckmin (PSDB) na eleição presidencial de 2018 – não se confirma, pois o p-valor não é estatisticamente significativo.

A variável *votou em Aécio (PSDB) na eleição de 2014* é significativa no modelo 06 para R11. Assim, a proporção de eleitores que votaram no PSDB na eleição presidencial passada possui 21,2% de chance a menos de votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB). Todavia, ela não é estatisticamente significativa para a verificação de transferência de votos entre Haddad (PT) e Alckmin (PSDB): R12.

Assim, a hipótese 11 – Ter votado em Aécio Neves (PSDB) no primeiro turno da eleição presidencial de 2014 diminui a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em vez de Alckmin (PSDB) no primeiro turno da eleição presidencial de 2018 – se confirma. E a hipótese 12 – Ter votado em Aécio Neves (PSDB) no primeiro turno da eleição presidencial de 2014 diminui a chance de votar em Haddad (PT) em vez de Alckmin (PSDB) – não se confirma, pois o p-valor não é estatisticamente significativo

Quadro 5 – Resultados observados, conforme as hipóteses

Vi	Hip: aumenta (+) ou diminui (-) a chance de votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB)	Vd: resultado observado	Hip: aumenta (+) ou diminui (-) a chance de votar em Haddad (PT) do que em Alckmin (PSDB)	Vd: resultado observado
Ser evangélico	(+)	Confirma	(-)	Confirma
Rejeição ao PT	(+)	Confirma	(-)	Não confirma
Rejeição ao PSDB	(+)	Confirma	(+)	Confirma
Ser de direita	(+)	Confirma	(-)	Confirma
Melhora na economia	(-)	Não confirma	(-)	Não confirma
Votou no PSDB (Aécio Neves) em 2014	(-)	Confirma	(-)	Não confirma

Fonte: O autor, 2020.

5.5 Discussão

Para análise desta discussão, depois de ter percorrido os resultados dos testes a partir de diversos modelos, vamos nos focar nos resultados daquele que se demonstrou ser o mais explicativo, que é o modelo 6, (como o menor Akaike Inf. Crit.). De acordo com este teste, a variável que mais aumenta a chance de votar em Bolsonaro (PSL) ao invés de se votar em Alckmin (PSDB) é a rejeição ao PT. Ser antipetista aumenta em 139,4% a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em relação à chance de votar em Alckmin (PSDB). Acrescido a isto, tem-se que a rejeição ao PT não explica, por não ser estatisticamente significativo, o voto em Haddad em relação ao voto em Alckmin (PSDB). Ou seja, a rejeição ao PT diminui a chance de votar em Haddad (PT) e não em Alckmin em 3% e ainda assim ela não é significativa. Estes resultados confirmam a essência desta pesquisa, que o PSDB perdeu a capacidade de canalizar o antipetismo na disputa presidencial de 2018. O antipetismo sempre teve forte peso explicativo no voto do PSDB, desde 1994, quando começaram a rivalizar em eleição presidencial, de acordo com a rica literatura brasileira sobre o assunto.

A segunda variável mais explicativa para o voto em Bolsonaro (PSL) ao invés do voto em Alckmin (PSDB) foi a rejeição ao PSDB. Ser anti-PSDB aumenta em 70,2% a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em relação à chance de votar em Alckmin (PSDB). Dois pontos merecem ser destacados aqui. Primeiro, a perda do voto antipetista foi mais devastador para o partido do que a rejeição ao próprio PSDB no que tange ao voto bolsonarista. Segundo, Bolsonaro (PSL) conseguiu dividir com o PT o voto anti-PSDB. Neste sentido, os dados nos sugerem que o candidato do PSL não apenas “retirou” do PSDB votos antipetistas, mas também aqueles de centro-direita insatisfeitos com o partido.

A terceira variável mais explicativa para o voto em Bolsonaro e não em Alckmin é a religião. Ser evangélico aumentava em 60,5% a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em relação à chance de em Alckmin (PSDB). O Peso forte reflete a concentração de apoios advindos ao menos das duas principais igrejas pentecostais, Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), junto à campanha de Jair Bolsonaro (PSL). Se Bolsonaro (PSL) não tinha capilaridade partidária, contava com forte capilaridade religiosa. Foge do escopo desta pesquisa analisar a influência das redes sociais na transposição de voto a Bolsonaro, todavia, cabe registrar que ao contar com o apoio de Silas Malafaia, apenas para exemplificar, líder da Assembleia de Deus, o candidato do PSL passa a contar com um influenciador religioso que traz 2 milhões de seguidores no Facebook, 1,3 milhões no Twitter e 1 milhão no Instagram, além de vastíssima rede de WhatsApp. Com o jeito ofensivo de postagem a favor dos valores religiosos, cuja defesa deles via em Jair Bolsonaro (PSL). Ao ter o apoio de Edir Macedo, líder da IURD, tinha vasto acesso à TV Record, segunda em audiência depois da Rede Globo. De acordo com a revisão da literatura, o peso da fé nunca foi tão influente no que tange ao volume de votos em uma campanha presidencial.

A ideologia é a quarta variável. Aqui vemos também que o eleitor de direita se movimenta para candidatos e partidos mais afinados com suas demandas e insatisfações, deixando o PSDB sem base eleitoral neste segmento. Isto reflete o quanto o PSDB não percebeu a movimentação do eleitorado, se deslocando da centro-direita para a direita do espectro político. A não percepção deste deslocamento fez com que o PSDB, por mais que gastasse energia em campanhas eleitorais, fizesse uma campanha no vazio, para um público que já tinha se deslocado ideologicamente.

A quinta variável é a economia. A avaliação da economia teve impacto diferente do esperado no que se refere à possibilidade de votar em Bolsonaro (PSL) e não em Alckmin (PSDB). A aprovação da economia sob o comando do presidente Michel Temer aumentava as chances a favor do candidato do PSL. Na medida em que o PSDB fazia parte da base aliada do então presidente, inclusive ocupando ministério como o das Relações exteriores, era de se esperar que o candidato do PSDB fosse mais compensado por aqueles que defendiam a economia do que Jair Bolsonaro (PSL). Ou louros de uma gestão mais liberal ficaram sem a devida responsabilização. Bolsonaro (PSL) com um discurso anti-sistema, anti-partidos e anti-política velha acabou por angariar também o voto liberal.

Ter votado no PSDB em 2014 serviu como proteção, reduzindo em 21,2% a chance de votar em Bolsonaro (PSL) em relação à chance de votar em Alckmin (PSDB). Trata-se de escudo relativamente frágil, que condiz com o que foi relatado sobre a origem e trajetória do PSDB nesta dissertação e, sobretudo, com o questionamento sobre a força da institucionalização do sistema partidário brasileiro. Aliás, as análises descritas até aqui nesta discussão ---- as relações do antipetismo e anti-PSDB e voto no PSDB em 2014 com a intenção de voto ---- apontam para a não institucionalização ou um rearranjo ainda que momentâneo do sistema partidário em 2018.

Portanto, a variável – *Ter votado em Aécio Neves (PSDB) no primeiro da eleição presidencial de 2014* – do ponto de vista teórico, se não nos surpreende do ponto de vista teórico quando confirmada, nos surpreende do vista prático, pois dada a transferência de voto, era de se esperar que houvesse um aumento das chances de votar em Bolsonaro (PSL) do que em Alckmin (PSDB). Para melhor captar esta transferência, utilizamos a mesma variável, assim como as outras aqui testadas, e a testamos ao longo do tempo, segundo um modelo *binomial*. Tal aplicação será desenvolvida na seção 6.

6 ANÁLISE DA VOTAÇÃO PRESIDENCIAL DO PSDB NO PRIMEIRO TURNO AO LONGO DO TEMPO: UMA ANÁLISE BINOMIAL

Neste capítulo aplicamos a regressão binomial ao longo do tempo, mais precisamente, ao longo das eleições das eleições de 2010, 2014 e 2018, com o intuito de captar certos fatores associados à perda de voto do PSDB no intervalo temporal referido. Os resultados apontam que esta perda de voto abrupta está associada à ausência de apoio do eleitorado antipetista e de direita.

6.1 Desenho de Pesquisa

Como ressaltamos no capítulo anterior, o PSDB não chegou ao segundo turno da eleição presidencial de 2018, fato este que não ocorria desde a eleição de 2002 (nas eleições de 1994 e 1998 ele ganhou a presidência no primeiro turno). Mas, o que chama mais atenção é o seu fraco desempenho eleitoral já no primeiro turno da referida eleição.

Se na seção anterior analisamos a transferência de votos segundo determinadas variáveis por meio da regressão *multinomial*, faz-se agora necessário entender como se deu a evolução eleitoral do PSDB nas eleições presidenciais de primeiro turno (2010-2018), utilizando a regressão logística binomial ao longo do tempo, tendo os modelos as mesmas variáveis independentes, e como variável dependente: vota ou não vota no PSDB.

Para a presente tarefa vamos permanecer utilizando os dados do ESEB referente a três *surveys* (2010, 2014 e 2018) realizadas pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). O *survey* pós-eleitoral de 2010 foi realizado entre 4 e 20 de novembro do mesmo ano, por meio de uma amostra probabilística sem substituição que contemplou todas as regiões do país, num total de 2000 entrevistas com pessoas acima de 15 anos.

O *survey* pós-eleitoral do ESEB 2014 operacionalizado com eleitores com 16 anos ou mais, segundo uma amostra nacional probabilística sem substituição, num total de 3.136 entrevistas no total, sendo 2.506 entrevistas proporcionais em todo o território nacional e complemento de 630 entrevistas no Estado de São Paulo. A subamostra estadual paulista foi composta de 1.204 casos, possibilitando leitura segundo as divisões ‘capital’, ‘região metropolitana’ e ‘interior’, além do total do estado.

Esses três bancos de dados foram empilhados, isto é, colocados um debaixo do outros. Ao fim desse processo, obtivemos um banco de dados com 7642 linhas e 8 colunas. Ou seja, 7642 observações e 8 variáveis.

6.2 Especificando o Modelo Algébrico de Regressão

Para fins desta pesquisa, utilizaremos um modelo linear generalizado com a função de ligação logística: *logit binomial (dummy)* aplicada ao longo do tempo, onde a variável dependente pode assumir duas respostas e cada variável independente também assume o caráter de uma *dummy*. Formalmente temos a seguinte equação:

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1x_1 + \beta_2x_2 + \beta_3x_3 + \beta_4x_4 \dots \dots \dots \quad (13)$$

Onde: β são os parâmetros a serem estimados e $\ln(p/a - p)$ é a função de ligação *logit*.

6.2.1 Variável Dependente do Modelo Binomial

Uma vez que já explicitamos acima a lógica de construção das variáveis independentes, vamos apenas explicitar a variável dependente, uma vez que ela foi modificada em relação ao modelo *multinomial*. Vejamos.

Aqui, a variável dependente toma forma de uma variável categórica, podendo assumir dois valores: voto no PSDB (1) e não vota no PSDB (0). Para mensurarmos os votos do PSDB tomamos a pergunta 42 do ESEB de 2010: EM QUEM O(A) SR(A) VOTOU PARA PRESIDENTE NO PRIMEIRO TURNO? (ESTIMULADA E ÚNICA). 01 () Dilma (PT); 02 () Eymael (PSDC); 03 () Ivan Pinheiro (PCB); 04 () José Serra (PSDB); 05 () Levy Fidelix (PRTB); 06 () Marina Silva (PV); 07 () Plínio (PSOL); 08 () Rui Costa Pimenta (PCO); 09 () Zé Maria (PSTU); 50 () Anulou o voto; 60 () Votou em branco; 80 () NS/Não lembra; 90 () NR ; 99 () NA.

Tomamos também a pergunta Q5P1 do Eseb de 2014: Em quem o(a) sr(a) votou para presidente no primeiro turno? (RU). 01 () Aécio Neves; 02 () Dilma; 03 () Eymael; 04 () Eduardo Jorge; 05 () Levy Fidelix; 06 () Luciana Genro; 07 () Marina Silva; 08 () Mauro Iasi; 09 () Pastor Everaldo; 10 () Rui Costa Pimenta; 11 () Zé Maria; 50 () Anulou

o voto; 60 () Votou em branco; 98 () Não sabe/ Não lembra (espontânea) 99; () Não respondeu (espontânea).

Finalmente, tomamos a pergunta Q12P1_b do ESEB 2018: Em quem O(A) SR(A) votou para presidente no primeiro turno? (ESTIMULADA – RU). 01 () Alvaro Dias; 02 () Cabo Daciolo; 03 () Ciro Gomes; 04 () Eymael; 05 () Fernando Haddad; 06 () Geraldo Alckmin; 07 () Guilherme Boulos; 08 () Henrique Meirelles; 09 () Jair Bolsonaro; 10 () João Amoedo; 12 () Marina Silva; 13 () Vera; 14 () João Goulart Filho; 50 – Anulou o voto (ESPONTÂNEA); 60 – Votou em branco (ESPONTÂNEA); 98- Não sabe/Não lembra (ESPONTÂNEA); 99- MISSING.

Como esta variável é derivada de três *surveys* do ESEB preenchidos em anos diferentes, a cada quatro anos, ela foi construída através do empilhamento, como já mencionamos, colocamos os bancos de dados de 2010, 2014 e 2018 um embaixo do outro, o que possibilitou a criação de uma série temporal (variável tempo)

6.2.2 Operacionalizando o Modelo Algébrico de Regressão *Logit Binomial* ao Longo do Tempo

Determinado a variável resposta e as variáveis independentes, nosso modelo de regressão logit binomial aplicada ao longo do tempo fica determinado algebricamente pelas seguintes equações:

$$\ln \left(\frac{p}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangelico}) + \beta_2(\text{rejeicaoPT}) + \beta_3(\text{rejeicaoPSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melhor_eco}) + \beta_6(\text{PSDB}) + \beta_7\text{ANO} \quad (14)$$

onde $\ln \left(\frac{p}{1-p} \right)$ é uma variável resposta, ou dependente, que pode assumir um dos dois resultados: vota ou não vota no PSDB. No lado esquerdo da equação encontramos as variáveis independentes ou explicativas inseridas ao longo do tempo (entre as eleições de 2010 e 2018):

A variável *evangélico* equivale a ser evangélico;

A variável *rejeiçãoPT* equivale aos eleitores que avaliam negativamente o PT, de 0 a 3;

A variável *rejeiçãoPSDB* equivale aos eleitores que avaliam negativamente o PSDB, de 0 a 3;

A variável *ideologia de direita* equivale aos eleitores que se dizem de direita no espectro ideológico;

A variável *melhor_eco* equivale aos eleitores que avaliam a economia como melhor e melhorou um pouco;

A variável *PSDB* diz respeito aos eleitores que votaram no PSDB nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014 no primeiro turno.

Os β s da equação são os estimadores obtidos com base nos *surveys* de 2010, 2014 e 2018 do Eseb.

Desta forma, controlando os eleitores pelas variáveis independentes, procuramos analisar a votação do PSDB ao longo do tempo.

Aqui, para fins de cálculo da razão de chance, utilizamos mais uma vez o programa R, lançando mão do pacote *stargazer*, tal como utilizamos para descrever a evolução eleitoral do PSDB ao das três últimas eleições presidências, pelo critério de razão de chance.

6.3 Análise de Resultados

Para a construção da tabela de razão de chance acerca da votação do PSDB entre as eleições presidenciais de 2010 e 2018, operacionalizamos as equações (14), (15) e (16) e elaboramos *data frame* para cada eleição presidencial a ser analisada, com os respectivos questionários do ESEB, onde cada linha é o número de observações e cada coluna são as variáveis independentes. Desta forma, construímos as tabelas: *dados10*, *dados14* e *dados18*. A partir disto, empilhamos as tabelas e construímos a aquela que mostra a relação entre razão de chance e votação no PSDB ao longo das eleições estudada.

Tabela 2 - Razão de chances ao longo do tempo

(Y) = a votação no PSDB ao longo do tempo	
Evangélico	1.194 (0.102)
rejeicaoPT	0.236*** (0.096)
rejeicaoPSDB	3.406 (0.101)
ideologia_direita	0.847 (0.091)
melhor_eco	1.459 (0.098)
PSDB	0.217 (0.112)
ANO2014	0.742*** (0.097)
ANO2018	32.782*** (0.185)
Constant	3.038** (0.112)

Observations	4,518
Log Likelihood	-1,712.476
Akaike Inf. Crit.	3,442.951
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: O autor, 2020.

A tabela 2 acima identifica a variável dependente (Y = vota ou não vota no PSDB, onde a categoria de referência é vota no PSDB) e as variáveis independentes. Contudo, temos que nos ater nas linhas do ano 2014 e do ano de 2018 e seus respectivos valores, pois são elas que revelam as razões de chance de voto no PSDB de forma comparada ao longo dos anos. Ou seja, comparamos as razões de chance de 2014 em relação à 2010. E comparamos as razões de chance de 2018 em relação à 2014.

Deste modo, quando controlamos os eleitores pelas variáveis – *evangélico, antipetista, antipeessedebista, ideologicamente de direita, otimista com relação à economia e se votou no PSDB em eleições anteriores* – e analisamos suas decisões eleitorais, vemos que quando comparado com a eleição presidencial de 2010 a eleição presidencial ocorrida no ano de 2014 mostra que o eleitor (definido conforme as variáveis mencionadas) possui 25,8% de chance a menos de não votar no PSDB em 2014 do que em outro partido político. Ou seja, diminui as chances de não votar no PSDB. E quando comparamos as chances de votação do PSDB entre as eleições de 2014 e 2018, verificamos que o PSDB possui 3.178% de chance a menos de receber votos em 2018 do que na eleição presidencial de 2014. Neste sentido, podemos constatar que o PSDB perde grande parte de sua atração eleitoral num curto período. Sua *odds* cai drasticamente entre 2014 e 2018.

Por vezes, o efeito parcial da variável resposta, em relação a uma variável independente, depende da magnitude de outra variável independente. O conceito de interação busca operacionalizar esta dependência (WOOLDRIDGE, 2010).

Da mesma forma que as variáveis quantitativas podem interagir, as variáveis *dummy* também podem (WOOLDRIDGE, 2010). Em nosso caso, buscamos captar o efeito parcial de cada variável (mantendo as demais variáveis fixas) sobre a variável resposta, votou ou não no PSDB. Caso o p-valor seja significativo, diremos que existe um efeito interação entre ano e cada uma das variáveis explicativas de nosso modelo.

Para mensurarmos o impacto da interação ano-variável utilizamos também o modelo *logit binomial* aplicado no tempo: 2010, 2014 E 2018. Através deste modelo será possível identificar as variáveis que foram decisivas para o baixo desempenho eleitoral do PSDB.

Para tanto, empilhamos, novamente, as bases de dados do ESEB (2010, 2014 e 2018), de forma a construir uma tabela que revela a interação, de cada variável isoladamente ao longo dos anos de 2010, 2014 e 2018, com a votação, ou não, no PSDB.

Por vezes, o efeito parcial da variável resposta, em relação a uma variável independente, depende da magnitude de outra variável independente. O conceito de interação busca operacionalizar esta dependência (WOOLDRIDGE, 2010).

Para mensurarmos o impacto da interação ano-variável utilizamos também o modelo *logit binomial* aplicado no tempo: 2010, 2014 e 2018. Através deste modelo será possível identificar as variáveis que foram decisivas para o baixo desempenho eleitoral do PSDB.

Para tanto, empilhamos, novamente, as bases de dados do ESEB (2010, 2014 e 2018), de forma a construir uma tabela que revela a interação, de cada variável isoladamente ao longo dos anos de 2010, 2014 e 2018, com a votação, ou não, no PSDB.

As interações são expressas pelas seguintes equações:

$$\ln \left(\frac{P}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangelico}) + \beta_2(\text{rejeicaoPT}) + \beta_3(\text{rejeicaoPSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melhor_eco}) + \beta_6(\text{PSDB}) + \beta_{7\text{ANO}} + \beta_{7\text{ANO}*\text{Evangelico}} \quad (15)$$

$$\ln \left(\frac{P}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangelico}) + \beta_2(\text{rejeicaoPT}) + \beta_3(\text{rejeicaoPSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melhor_eco}) + \beta_6(\text{PSDB}) + \beta_{7\text{ANO}} + \beta_{7\text{ANO}*rejeicaoPT} \quad (16)$$

$$\ln \left(\frac{P}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangelico}) + \beta_2(\text{rejeicaoPT}) + \beta_3(\text{rejeicaoPSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melhor_eco}) + \beta_6(\text{PSDB}) + \beta_{7\text{ANO}} + \beta_{7\text{ANO}*rejeicaoPSDB} \quad (17)$$

$$\ln \left(\frac{P}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangelico}) + \beta_2(\text{rejeicaoPT}) + \beta_3(\text{rejeicaoPSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melhor_eco}) + \beta_6(\text{PSDB}) + \beta_{7\text{ANO}} + \beta_{7\text{ANO}*ideologia_direita} \quad (18)$$

$$\ln \left(\frac{P}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangelico}) + \beta_2(\text{rejeicaoPT}) + \beta_3(\text{rejeicaoPSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melhor_eco}) + \beta_6(\text{PSDB}) + \beta_{7\text{ANO}} + \beta_{7\text{ANO}*melhor-eco} \quad (19)$$

$$\ln \left(\frac{P}{1-p} \right) = \beta_0 + \beta_1(\text{Evangelico}) + \beta_2(\text{rejeicaoPT}) + \beta_3(\text{rejeicaoPSDB}) + \beta_4(\text{ideologia_direita}) + \beta_5(\text{melhor_eco}) + \beta_6(\text{PSDB}) + \beta_{7\text{ANO}} + \beta_{7\text{ANO}*PSDB} \quad (20)$$

onde $\ln \left(\frac{P}{1-p} \right)$ é uma variável resposta, ou dependente, que pode assumir um dos dois resultados: vota ou não vota no PSDB. No lado esquerdo da equação encontramos as variáveis independentes ou explicativas inseridas ao longo do tempo (entre as eleições de 2010 e 2018).

Para a construção da tabela de razão de chance acerca da votação do PSDB entre as eleições presidenciais de 2010 e 2018, operacionalizamos as equações (14), (15), (16), (17), (18), (19) e (20) e elaboramos *data frame* para cada eleição presidencial a ser analisada, com os respectivos questionários do ESEB, onde cada linha é o número de observações e cada coluna

são as variáveis independentes. Desta forma, construímos as tabelas: dados10, dados14 e dados18. A partir disto, empilhamos as tabelas e construímos a tabela 3 que mostra a associação entre relação entre ano/variável e se vota ou não vota no PSDB, na forma de razão de chance. A Tabela 3 mostra as razões de chance das interações de cada variável.

Tabela 3 - Razão de chances por variável-ano

(Y) variável dependente binomial: vota ou não vota no PSDB, onde a Categoria de referência é vota no PSDB			
	(2)	(3)	(4)
Evangélico: ANO2014	1.125 (0.213)		
Evangélico: ANO2018	1.038 (0.379)		
rejeicaoPT: ANO2014		0.846 (0.192)	
rejeicaoPT: ANO2018		5.075*** (0.345)	
rejeicaoPSDB: ANO2014			0.950 (0.205)
rejeicaoPSDB: ANO2018			0.733 (0.389)
Constant	3.074** (0.115)	3.151** (0.118)	3.002** (0.116)

Observations	4,518	4,518	4,518
Log Likelihood	-1,712.322	-1,699.873	-1,712.167
Akaike Inf. Crit.	3,446.643	3,421.747	3,446.334
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01		

Tabela 3 (continuação)

(Y) variável dependente binomial: vota ou não vota no PSDB, onde a Categoria de referência é vota no PSDB			
	(5)	(6)	(7)
ideologia_direita: ANO2014	1.121 (0.192)		
ideologia_direita: ANO2018	1.769 (0.351)		
melhor_eco1: ANO2014		1.154 (0.198)	
melhor_eco1: ANO2018		99,000.950 (251.574)	
PSDB: ANO2014			0.989 (0.242)
PSDB: ANO2018			5.289*** (0.398)
Constant	3.285* (0.140)	3.132** (0.119)	3.233** (0.116)

Observations	4,518	4,518	4,518
Log Likelihood	-1,711.176	-1,711.697	-1,701.381
Akaike Inf. Crit.	3,444.353	3,445.394	3,424.763
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01		

Fonte: O autor, 2020.

Primeiramente, lembramos que a variável ano significa que estamos comparando a razão de chance do ano eleitoral que aparece na Tabela 3 com o ano eleitoral anterior. Além disso, quando analisamos a interação entre uma variável e o ano, mantemos “congelada” as outras variáveis restantes, com o intuito de verificar como esta única interação influencia na variável resposta.

A coluna 2 representa o modelo 2, isto é, o modelo com efeito do ano e da religião evangélica sobre a chance de votar ou não no PSDB. Vemos que ser evangélico não é estatisticamente significativo ao longo do tempo. Em outras palavras, ser ou não evangélico não contribui para o modelo. Portanto, quando olhamos para o ano de 2014 e comparamos com

2010, vemos que ser evangélico não tem impacto algum sobre a votação no PSDB. Da mesma forma, ocorre com o ano de 2018. Ser evangélico em 2018 não aumenta nem diminui as chances de votação do PSDB quando comparamos com o comportamento eleitoral do evangélico em 2014.

O modelo com efeito do ano e da rejeição ao PT é o modelo 3, representado na coluna 3. Ela também não é significativa no ano de 2014, mas é significativa para o ano de 2018. Assim, o eleitor antipetista possui 407,5% de chance a menos de votar no PSDB em 2018 no primeiro turno quando comparamos com a eleição presidencial de primeiro turno do ano de 2014.

O modelo 4, que ilustra o efeito do ano e da rejeição ao PSDB sobre a votação no PSDB, está representado na coluna 4. Vemos que ao longo do tempo a variável *rejeicaoPSDB* não se mostra estatisticamente significativa frente aos ciclos eleitorais aqui analisados. Ou seja, tomada isoladamente a variável *rejeicaoPSDB* não provoca impacto nas chances de votação no PSDB.

O impacto da variável *ideologia_direita* em interação com os anos de 2014 e 2018, modelo 5 (coluna 5), mostra que no de 2014 esta interação não se mostra estatisticamente significativa. O mesmo ocorre, na interação com o ano de 2018, pois ela se mostra, também, não significativa.

O modelo 6, representado na coluna 6, analisa a interação entre a variável melhora da economia e os anos de 2014 e 2018 sobre a votação do PSDB. Tais interações não se mostram estatisticamente significativas, quando tomadas isoladamente ao longo dos ciclos eleitorais analisados.

Como dissemos, a variável *PSDB* se refere ao conjunto de pessoas que votaram no PSDB nas eleições presidenciais anteriores a 2018. Mais precisamente: 2010 e 2014. O modelo, com efeito do ano e da proporção do eleitorado que votou nas eleições presidenciais em primeiro turno no ano anterior. Esta interação é visualizada na coluna 7, que representa o modelo 7. Para o ano de 2014, ela não se mostra estatisticamente significativa. Porém, mostra-se estatisticamente significativa para o ano de 2018. Lembrando que o modelo 7 do ano de 2018 se refere à pergunta “em quem o sr(a) votou para presidente no primeiro turno nas eleições de 2014?”. Podemos interpretá-la da seguinte maneira: o cidadão que votou no PSDB no primeiro turno no PSDB na eleição presidencial de 2014 possui 428,9 % de chance a menos de votar no PSDB em 2018.

6.4 Discussão

A Tabela 2 revela uma guinada abrupta do eleitorado com relação ao PSDB. O resultado surpreende, pois para muitos analistas, conforme vimos acima, o PSDB teria força partidária para chegar no segundo turno na eleição presidencial de 2018, dada a sua retrospectiva eleitoral, sobretudo na eleição que precedeu a de 2018, onde o partido na eleição de 2014 obteve 34.897.211, ou 33,55%, dos votos válidos no primeiro turno. Enquanto em 2018, obteve apenas 5.096.350, ou 4,76%, dos votos válidos. Contudo, apesar de surpreendentes, estes resultados vão ao encontro da Tabela 1, pois de forma geral, reforça ainda mais a ideia de que o PSDB perdeu sua capilaridade no agregado das categorias analisadas até aqui, o que demonstra que sua base eleitoral era bastante frágil. O que causou espanto foi a velocidade com que a sua base eleitoral se dissolveu entre duas eleições, o que dificultou a sua captação por parte dos analistas mais atentos.

Se no agregado notamos uma perda muito grande da capacidade de mobilização eleitoral do PSDB, a Tabela 3 desvenda quais variáveis foram determinantes para a dissolução de sua base eleitoral.

Cabe lembrar que a Tabela 3 mostra os resultados das pesquisas das eleições presidenciais em primeiro turno. Dito isto, no que diz respeito ao comportamento eleitoral dos evangélicos em relação ao voto no PSDB o resultado não traz grande surpresa. Em 2010 e em 2014, o PSDB não contou com o apoio dos evangélicos no primeiro turno, que se dividiram entre o apoio a Marina Silva (PV) ---- pela Assembleia de Deus ---- e os candidatos do PT ---- pela IURD. O PSDB teve o apoio de um dos segmentos apenas no segundo turno daqueles pleitos.

Assim, o resultado aqui encontrado apenas mostra que a religião não é explicativa para o desempenho do PSDB em primeiro turno em qualquer das eleições até 2018.

Quanto ao comportamento do eleitor que rejeita o PT, o resultado ajuda muito a evidenciar aquilo que faltava para podermos afirmar de forma mais contundente o argumento central da tese: de que a perda do antipetismo explicou o fraco desempenho eleitoral no pleito de 2018. Obviamente, que muitos poderiam supor isto anteriormente, todavia, essa pesquisa não só atesta cientificamente o que o senso comum poderia supor, como também afere o tamanho do efeito ao longo do tempo comparando o desempenho do PSDB consigo mesmo no decorrer dos ciclos eleitorais. Este resultado também evidencia o fato de que o PSDB se alimentava politicamente do antipetismo. Assim, na medida em que os eleitores avessos ao PT

se dirigem a outros partidos e candidatos que canalizam de forma mais contundente esta rejeição, mais o PSDB perde sustentação política.

O comportamento eleitoral daqueles que se dizem antipeessedebistas, bem como daqueles eleitores que perceberam uma melhora na economia ao longo das eleições de 2010, 2014 e 2018 não se mostrou estatisticamente significativo. Podemos interpretar estes resultados como indicando que: a) que os antipeessedebistas sempre estiveram no PT e lá permaneceram; e b) que a melhora da economia não foi atribuída ao PSDB, apesar de apoiar e participar do governo Temer.

Com relação ao comportamento eleitoral daqueles que se autodeclararam de direita, vemos, que entre as eleições de 2014 e 2018, o PSDB não foi, nitidamente, a primeira preferência por parte do cidadão de direita. Se ele possuía alguma entrada no terreno deste segmento eleitoral, essa entrada se fechou, de maneira tal, a ponto de obter fraquíssimo desempenho eleitoral. E quanto mais, parcela significativa do eleitorado se deslocava para a direita, mais o PSDB definhava politicamente. Ou seja, o PSDB não acompanhou este deslocamento, mantendo-se num discurso de centro-direita. Este deslocamento fica ainda nítido quando analisamos as *odds* de eleitores que votaram no PSDB em 2014 em comparação com 2018. A razão de chance dos eleitores que votaram em 2014 no PSDB aumenta negativamente. Ou seja, os eleitores que votaram no PSDB em 2014 não estão mais dispostos a repetir o voto no PSDB em 2018. Com isso, nosso modelo tende a reforçar que o definhamento eleitoral do PSDB no tempo veio muito mais do deslocamento do voto do antipetismo para outros partidos ou candidatos mais à direita.

CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou mostrar que o sistema partidário nacional não era tão institucionalizado tal como alguns analistas acreditavam. A ideia de que PT e PSDB continuariam a ser os dois partidos que balizariam a disputa presidencial de 2018 não se fez realidade, uma vez que o PSDB não foi a primeira opção eleitoral para uma parcela significativa do eleitorado que garantiu, ao longo de 20 anos (1994 a 2014), ou sua vitória no primeiro turno ou sua ida ao segundo turno, sempre polarizando com o PT. Uma vez que, o PSDB era um elemento chave para a estabilidade do sistema político, seu fraco desempenho nos levou à analisar os condicionantes que explicariam sua *performance* na eleição presidencial de 2018.

Frente a isto, verificamos uma enorme transferência de votos nesta eleição, segundo determinadas variáveis. Enquanto variável independente notamos que a *rejeição ao PT*, ou o antipetismo, foi responsável pelo maior definhamento de sua base eleitoral e concluímos, aqui, que este era o maior capital político do PSDB. Sua perda contribuiu para o esvaziamento de sua identidade político-ideológica. Além disso, o fato de já ter governado o país provocou a sensação de que esta agremiação era mais do mesmo, corroborado pelo mesmo discurso adotado nas últimas eleições e pelo discurso antissistema e antipartido adotado por parte de segmentos que estavam insatisfeitos com a política, o que desgastou sua imagem frente ao eleitorado, dando margem para irrupção do antipeessedebismo no interior do segmento de centro-direita e de direita.

Quanto ao eleitor evangélico, o PSDB nunca foi a primeira opção eleitoral neste segmento, já que nunca teve um discurso e agenda direcionada para este segmento social. O fato de ficar longe do Executivo nacional desde a eleição de 2002 pode ter minado suas chances de obter apoio das lideranças pentecostais e neopentecostais, pois, ao longo deste período, não tinha acesso a postos chaves do Estado que o permitiriam a implementar políticas do agrado do eleitorado evangélico. No que diz respeito àqueles que avaliavam bem a economia, o PSDB, mesmo participando do governo Temer, não conseguiu canalizar os votos, o que não deve causar surpresas para os adeptos do voto econômico, uma vez que havia na disputa também o ex-ministro da economia Henrique Meirelles.

O eleitor de direita, claramente, não teve como primeira opção a agremiação peessedebista, escolhendo ao longo do pleito de 2018 um candidato mais afinado com um discurso mais liberal na economia e mais conservador nos costumes, associado aos incorruptíveis valores do livre mercado e dos valores cristãos, sem falar no discurso, em tom

moralista, anticorrupção. Contudo, esta perda não é reafirmada quando olhamos o percentual do eleitorado que deixou de votar no PSDB em 2018 e que votou em 2014. Mesmo assim, podemos dizer que, ser evangélico, ter rejeição ao PT, ter ideologia de direita, avaliar positivamente a economia sob o comando de Michel Temer (PMDB), tudo impactou negativamente na chance de votar em Alckmin (PSDB).

Ao longo do tempo, os resultados da análise *binomial* nos mostram que houve uma guinada abrupta entre a eleição de 2014 e 2018. O PSDB perde força eleitoral num curto espaço de tempo. A velocidade surpreende a todos, dado a sua regularidade eleitoral conquistada nas últimas duas décadas. Em quatro anos, ele vê sua base eleitoral definhar. Contribui para isto, fundamentalmente, conforme a Tabela 3, o antipetismo, que deixa de ser suporte nacional eleitoral para o PSDB, que passa a procurar candidatos e partidos que canalizem melhor este sentimento. Além disso, o modelo capta o percentual de eleitores que deixaram de votar no PSDB entre a eleição de 2014 e 2018, algo que o modelo *multinomial* não consegue captar: a movimentação do eleitorado por meio da transferência de voto. Conforme a Tabela 3, o eleitor que votou no PSDB em 2014 no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 possui 428,9% de chance a menos de votar no PSDB em 2018.

Assim, de acordo com nossos estudos, verificamos que a falta de capilaridade social do partido e de capacidade de canalizar a insatisfação do eleitorado que não queria a volta do PT ao poder nacional explicariam o seu fraco desempenho eleitoral. Inerte em sua posição, não acompanhou a movimentação política dos eleitores que foi da centro-direita para direita, quiçá, para a extrema-direita, na medida que sr. Jair Bolsonaro foi o candidato escolhido pelos antipetistas, que já vinham crescendo ao longo das eleições presidenciais.

Com tudo isto podemos dizer que, ser evangélico, ter rejeição ao PT, ter ideologia de direita, avaliar positivamente a economia sob o comando de Michel Temer (PMDB), tudo impactou negativamente na chance de votar em Alckmin (PSDB).

Tomando como ponto de partida nossos achados, se podemos falar em sistema partidário institucionalizado, tal referência só faz sentido se adotarmos a perspectiva eleitoral petistas e antipetistas, pois pode-se dizer que o PT permaneceu em seu espaço de canalizador prioritário, seja das demandas de uma política de centro-esquerda e de esquerda, seja como referência negativa do que não poderia ser adotado. O que atesta que o PT, este sim, está institucionalizado e que o nosso sistema partidário é pautado segundo a lógica PT e anti-PT.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The Civic Culture*. Boston: Little, Brown, 1965

ALVES, José Eustáquio D. Artigo publicado no portal ecodebate.com.br: O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. 2018.

ANDERSEM, K. Generation, partisan shift and realignment: a glance back to the New Deal. In: NIE, N. H.; VERBA, S.; PETROCIK, J. *The changing American voter*. Cambridge: Harvard University Press, 1979, p. 74-95

BASTIAN, Jean-Pierre. *Protestantismos y Modernidad*. Mexico: Fondo de Cultura, 1994.

BASTIAN, Jean Pierre. *Protestantismos y Modernidad*. México: Fondo de Cultura, 1994.

BOHN, S. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v 10, n 2, outubro, 2004, pp. 288-388.

BOHN, S. R.; PAIVA, D. “A volatilidade eleitoral nos Estados: sistema partidário e democracia no Brasil”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 17, nº 33, 2009, p. 187-208.

BORBA, F.; VEIGA, L. e MARTINS, F. Os condicionantes da aceitação e da rejeição à propaganda negativa na eleição presidencial de 2014. *Rev. Bras. Ciênc. Polit.* Brasília, jan/abr, 2015.

BRAGA, Maria do Socorro S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo, Humanitas, 2006.

BRAGA, Maria do Socorro. Eleições e democracia a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizado. *Rev. Bras. Ciênc. Polit.*, n 4, julho-dezem, 2010, p. 43-73.

BRAGA, M. S; PIMENTEL JR, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, v 17, n 2, abril, 2011, p. 271-303.

BRAGA, M. S. S.; RIBEIRO, P. F.; AMARAL, O. E. “El sistema de partidos en Brasil: estabilidad e institucionalización”. VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (Alacip). Quito, 12 a 14 de junho de 2012.

CAMARGO, M. B. Economia e voto: Fernando Henrique versus Lula, 1998. In: TELLES, H. S.; LUCAS, J. I. *Das Ruas as Urnas: Partidos e Eleições no Brasil Contemporâneo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003, pp. 115-144.

CAMPBELL et al. *The American Voter*. Chicago: University of Chicago, 1960.

CARREIRÃO, Y. de S. e KINZO, M. D. G. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)". *Dados*, nº47, 2004.

CARREIRÃO, Y. S. A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras. Florianópolis/Rio de Janeiro: EdUFSC/FGV, 2002.

_____. Relevant Factors for the Voting Decision in the 2002 Presidential Election: Na Analysis from the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data. *Brazilian Political Science Review*, v 1, n 1, 2007a, pp. 70-101.

_____. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 13, n° 2, p. 307-339, 2007(b)

_____. Opinião política e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. *Opinião Pública*, v 14, n 2, 2008, p. 319-351.

CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Rev. Brasileira de Ciência Política*, n 14, Brasília, 2014, p. 255-295

CARREIRÃO, Y. BARBETTA, P. A. A eleição presidencial de 2002: a decisão e voto na região da Grande São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n 56, 2004, p. 75-93.

CHENUST, A. R. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and Pathogens of Poverty*. New Jersey: Rutgers University Press, 1997

CLARKE, H.; STEWART, M. The decline of the parties in the minds of citizens. *Annual Review of Political Science*, v 1, 1998, p. 357-378.

DALTON, R.; WATTENBERG, M. The not so simple act for voting. In: FINIFTER, A. (ed.) *State of political Science II*. Washington: American Political Science Association, 1993.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. SP: Edusp, 1999.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro, Zahar/UnB, 1970

FERNANDES, R. C. *Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e Política*. RJ: Mauad, 1998.

FIGUEIREDO, M. A. *Decisão do voto: democracia e racionalidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina; BORBA, Felipe (Org). *25 de Eleições Presidenciais no Brasil*. Curitiba, Ed. Appris, 2018.

FIORINA, M. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale Press University, 1981.

GASKILL, N. Rethink Protestantism and Democratic Consolidation in Latin America. *Sociology of Religion*, v 58, n 1, 1997, pp. 69-91.

HLAVAC, Merek (2018). Stargazer: Well-Formatted Regression and Summary Statistics Tables. R package version 5.2.1. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=stargazer>> Acesso em 15 de janeiro de 2019.

KEY, V. O. The responsible electorate: rationality in presidential voting, 1936-1960. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 1996.

KINZO, Maria D'Alva. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 1993.

LACERDA, F. Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2017.

LAMOUNIER, B. Partidos e utopias: Brasil no limite dos anos 90, SP, Loyola, 1989.

LAVAREDA, A. A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964), RJ: Revan, IUPERJ, 1999.

LEWIS-BECK, M.; STEGMAIER, M. Economic Models of Voting. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H. (Org) *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 518-538.

LICIO, Elaine C., RENNÓ, Lucio R. e CASTRO, Henrique Carlos de O. “Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, vol. 15, n 1, 2009, p. 31-54.

LIMONGI, Fernando & CORTEZ, Rafael. (2010), “As eleições de 2010 e o quadro partidário”. *Novos Estudos Cebrap*, 88: 21-37.

LIMONGI, F e GUARNIERI, F. Duverger nos Trópicos: Coordenação e Estabilidade nas Eleições Presidenciais Brasileiras Pós-Redemocratização. In FIGUEIREDO, Argelina; BORBA, Felipe (Org). *25 de Eleições Presidenciais no Brasil*. Curitiba, Ed. Appris, 2018.

LUPIA, A.; MCCUBBINS, M. The democratic dilemma: can citizens learn what they need to know? New York: Cambridge, 1998

MACHADO, Maria das Dores Campos. “Aborto e Ativismo religioso nas eleições de 2010”. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, 2012, n. 7: 25-37

MAGALHÃES, André M., SILVA, Marcelo E. A. e DIAS, F. de M. “Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010. *Opinião Pública*, vol. 21, n 3, Campinas, set/dec, 2015

MAIR, P. Party system changes: approaches and interpretations. United States: Oxford University Press, 1997.

MARIANO, R.; ORO, A. P. The Reciprocal Instrumentalization of Religion of Politics in Brazil. *Annual Review of the Sociology of Religion*, v 2, 2011, pp. 245-266.

MARIANO, Ricardo. "O futuro não será protestante". *Ciências Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*. ano 1, n.º 1: 89-114, 1999**b**

MARIANO, Ricardo. "Expansão Pentecostal no Brasil: o Caso da Igreja Universal". *Estudos Avançados*, vol 18, no. 52, p. 121-138, 2004.

MELHEN, C. S. Política de Botinas Amarelas: dinâmica eleitoral e organização partidária do MDB/PMDB paulista 1965 a 1988. SP: Hucitec, 1998.

MELO, C Ranulfo. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Rev. Brasileira de Ciência Política*, n4, 2010, p. 13-41

MENDES, M. T.; VENTURI, G. "Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 2, n.º 2, p. 39-48, 1994.

MENEGUELLO, R. Electoral Behavior in Brazil: the 1994 Presidential Election. *International Social Science Journal*, n 146, 1995.

NICOLAU, J; PEIXOTO, V. Uma Disputa em Três Tempos: Uma Análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006. [Online]. 2007. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj/artigos/Nicolau.pdf>> Acesso em 10 de outubro de 2019

OLIVEIRA, C; TURGEON, M. "Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro". *Opinião Pública*, vol. 21, n.º 3, p. 574-600, 2015.

PAIVA, D; BRAGA. M. S. S; PIMENTEL, J. "Eleitorado e Partidos Políticos no Brasil". *Opinião Pública*, vol.13, n.º2, 2007.

PAIVA. D; KARAUSE, S e LAMEIRÃO, A. P. "O Eleitor Antipetista: partidarismo e a avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, vol 22, n 3, 2016.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. "Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 17, n.º 2, p. 304-332, 2011.

PERES, P. "Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? Uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral". *Opinião Pública*, vol. 19, n.º 1, p. 21-48, 2013.

PERES, P.; RICCI, P.; RENNÓ, L. R. "A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste das explicações políticas, econômicas e sociais". *Latin American Research Review*, vol. 46, n.º 3, p. 46- 68, 2011.

POPKIN, S. *The reasoning voter: communication and persuasion in presidential campaigns*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

RENNÓ L.; SPANAKOS A. P. Fundamentos da Economia, Mercado Financeiro e Intenção do Voto: As Eleições Presidenciais Brasileiras de 1994, 1998 e 2002. *Revista Dados*, vol. 49, n 1, 2006.

RENNÒ, L. “Escândalos e voto: as eleições presidenciais de 2006”. *Opinião Pública*, vol 13, n 2, p. 260-282, 2007.

_____. Validade e confiabilidade das medidas de confiança interpessoal: o barômetro das Américas. *Dados*, v 54, n 3, 2011, 391-428.

RIBEIRO, E; CARREIRÃO, Y e BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, v 17, n 2, novembro, 2011, pp. 333-368.

_____. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes, Campinas, v 22, n 3, dezembro, 2016

ROMA, C. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Rev. bras. Ci. Soc.* Vol. 17, n 49, SP, junho, 2002.

ROSE, R.; MACKIE, T. Do parties persist or fail? The big trade-off facing organization, in: LAWSON, K; ERKL, P. (eds). *When parties fail*. Princeton: Princeton University Press. 1988.

ROSE, R.; MISHLER, W. “Negative and positive party identification in post-communist countries”. *Electoral Studies*, vol. 17, nº 2, p. 217-234, 1998.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. “Lulismo, petismo and the future of Brazilian politics”. *Journal of Politics in Latin America*, vol. 6, nº 3, p. 129-158, 2014a.

_____. The power of partisanship in Brazil: evidence from survey experiments. *American Journal Political of Science*, Spring, v. 58, n 1, 2014b, p. 212-225.

_____. “Partisans, anti-partisans and voting behavior in Brazil”. *Paper* apresentado no Encontro da American Political Science Association (APSA), San Francisco, 2-6 de setembro, 2015.

SARTORI, G. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar Editores/Editora Unb, 1982.

SINGER, A. Identificação Ideológica e Voto no Brasil: O Caso das Eleições Presidenciais de 1989 a 1994. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1998.

_____. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. SP: Edusp, 2000.

_____. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas eleitorais de 1989 e 1994*, SP: Edusp, 2002.

SOARES, G. A. D; TERRON, S. L. “A Geografia Eleitoral da Reeleição de Lula no Brasil: explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial”. Artigo apresentado no V Congresso Latino Americano de Ciência Política – ALACIP, São José da Costa Rica, 2008.

SPECK, B. W; BALBACHEVSKY, E. “Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas”. *Opinião Pública*, Campinas vol 22, n 3, p. 569-602, 2016.

TAROUCO, Gabriela. "Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2010.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, Campinas, v 25, n 1, jan-abr, 2019, pp. 63-96.

WATTEMBERG, M. The rise of candidate-centered politics (presidential elections of the 1980's). Cambridge: Harvard University Press, 1991.

WOOLDRIDGE, M. Jeffrey. Introdução à Econometria: uma abordagem moderna. Michigan State University, Ed. CENAGE learning, 4ª edição, 2011.

VEIGA, L. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v 13, n 2, 2007, p. 340-365.

VEIGA, L.; ROSS, S. Os determinantes da avaliação da economia na eleição brasileira de em 2014. *Opinião Pública*, v 22, n 3, 2016.

VEIGA, L; ROSS, S; MARTINS, F. Os efeitos da economia e da Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento. *Rev. Sociologia e Política*, v 27, n 72, 2019

ZUCCO, C. "When payouts pay off: conditional cash transfers and voting behavior in Brazil 2002-10". *American Journal of Political Science*, vol. 57, no 4, p. 810-822, 2013.

_____. "The president's 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections". *Journal of Latin American Studies*, vol. 40, p. 29-39, 2008.

_____. "When payouts pay off: conditional cash transfers and voting behavior in Brazil 2002-10". *American Journal of Political Science*, vol. 57, no 4, p. 810-822, 2013.